



MU LHE RES

Amazônidas:

ecofeminismo, mineração
e economias populares

Ficha Técnica

ORGANIZAÇÃO

Tatiana Oliveira

GESTÃO EDITORIAL

Lívia Alcântara

REVISÃO TEXTUAL

Ana Carolina Sá Gomes

PROJETO GRÁFICO

Olivia Ferraz

ILUSTRAÇÃO

Beatriz Belo

Agradecimentos

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR)

Realização:



Faculdade de Educação
do Campo (Unifesspa)

Apoio:



Sumário

6

Prefácio

8

Introdução

12

**Uma leitura
(eco)feminista
sobre a CFEM**

32

**Corpos-territórios no
enfrentamento a megaprojetos
extrativistas:** reflexões sobre
formas de (r)existir e viver a partir
dos territórios de Abya Yala.

62

**A acumulação
capitalista na
Amazônia:** uma
abordagem a partir
dos grandes projetos

88

**Mulheres amazônidas,
difíceis territorialidades em
tempos de crise pandêmica:**
um exercício de cartografia





Prefácio

O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc, criado em 1979, é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. A ação do Inesc orienta-se para ampliar os processos democráticos nas decisões públicas. Em nossas intervenções, utilizamos o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania.

A fim de ampliar o impacto das nossas ações, atuamos em parceria com outras organizações, movimentos e coletivos. Temos uma agenda multitemática e articulada às demandas históricas de sujeitos de direitos e à luta popular por garantia de direitos aos povos indígenas, quilombolas e camponeses, entre crianças, adolescentes e juventudes. No âmbito das ações na área socioambiental, um dos nossos interesses de longo prazo é o tema da mineração.

Por isso, desde 2017, passamos a trabalhar na região do sudeste paraense, especificamente em Canaã dos Carajás, no estado do Pará, com a defesa dos direitos socioterritoriais frente à mineração. Desde então, e por meio da metodologia criada pela nossa organização, discutimos a destinação dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM).

Reconhecendo que os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas se encontram, hoje, fortemente ameaçados pela adesão do Estado brasileiro a princípios de governança neoliberal dos territórios, percebemos, em 2020,

a necessidade de ampliar o trabalho, adicionando à nossa análise as dimensões de gênero e de raça, ambos um compromisso institucional já há muitos anos. Estamos, assim, desenvolvendo um caminho próprio para integrar à visão institucional sobre a política e a economia as questões e contradições que emergem com esse outro olhar sobre a realidade que nos cerca.

Neste ano, fomos ainda desafiados pela difícil conjuntura imposta pelo coronavírus. Precisamos nos distanciar do território e interromper o trabalho presencial, mas soubemos reinventar os espaços virtuais para construção coletiva e incidência. Como territorializar as narrativas sobre a mineração e o seu impacto sobre os corpos femininos e racializados à distância foi o nosso maior desafio.

É, portanto, com alegria que convidamos à leitura deste livro, *Mulheres Amazônidas: ecofeminismo, mineração e economias populares*, que registra este processo e sistematiza as discussões propostas. Como se verá abaixo, e honrando o compromisso do Inesc em pautar a questão das compensações pelo uso de recursos minerários, também produzimos um ciclo de debates virtuais, com discussões específicas sobre esse assunto, que se encontram disponíveis on-line nas nossas redes sociais.

Boa leitura!

Iara Pietricovsky

José Antônio Moroni





Introdução

Lívia Alcântara¹
Tatiana Oliveira²

Esta publicação faz parte de um processo de reflexão coletivo sobre as experiências de luta e resistência de mulheres que vivem em territórios impactados pela mineração no sudeste do Pará, em particular, Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas. A pandemia causada pelo coronavírus provocou a necessidade de uma readequação dos projetos com os quais a equipe do Inesc está envolvida, sobretudo no caso dos que previam atividades presenciais nos territórios.

A fim de contornar esse grande desafio de isolamento social, propusemos realizar um circuito de conversas virtuais (“*lives*”). O objetivo foi animar as discussões sobre as estratégias comunitárias para o enfrentamento do

1 Lívia Alcântara é jornalista e doutora em Sociologia. Nos últimos anos tem atuado com comunicação socioambiental junto a movimentos e povos da Amazônia.

2 Tatiana Oliveira é assessora de políticas públicas e direitos socioambientais do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), doutora em Ciência Política, com estágio pós-doutoral em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

coronavírus na região do sudeste paraense. A iniciativa pretendeu **fortalecer uma narrativa crítica ao avanço da economia extrativa na Amazônia, em particular, no que diz respeito à grande mineração impulsionada por empresas nacionais e estrangeiras.**

Buscamos a tecnologia como meio para manter o contato e as nossas trocas de ideias. As conversas que resultaram desses encontros agora ocupam a internet e podem ser acessadas pelas redes sociais. De alguma forma, nos sentimos parte da constelação feminista que, desde a América Latina, inventa um novo mundo e produz um novo internacionalismo. Um internacionalismo centrado nas experiências de mulheres diversas, para além das instituições que as organizam, conectando as suas múltiplas lutas e seus territórios.

Com este livro, sistematizamos algumas das nossas reflexões e produzimos uma filosofia prática, que confunde o limite entre o prático e o teórico – como a boa teoria feminista deve ser.

Os eventos online e o papel da comunicação

De julho a outubro realizamos quatro *lives* com a participação de um total de 15 mulheres. Ao mesmo tempo em que estes encontros impulsionaram parte desta publicação, se nutriram das discussões e leituras para sua construção.

Em um diálogo direto com o público ou em reuniões privadas, pensamos, estudamos e produzimos juntas.

Encaramos essa experiência com entusiasmo. Em cada um dos encontros participaram mulheres que tinham diferentes qualidades de conexões e de intimidade com as plataformas de transmissão online e com a dinâmica das *lives*. Mesmo as organizações e os movimentos parceiros que já utilizavam a internet viram todas as suas atividades de militância e organização se digitalizarem radicalmente e como que da noite para o dia.

Enfrentar longas horas na frente do computador, sem poder saudar as companheiras com um abraço ou contar com as confidências do café com bolo de mandioca, foi, no mínimo, uma novidade.

Para nós, da organização, acostumadas a estar junto das nossas interlocutoras no território, o formato online foi um misto de saudade e muita potência. Também estamos aprendendo a viver nessa realidade de múltiplas telas. E, certamente, nos tornamos todas um pouco mais ciborgues durante essa pandemia (sendo o computador e o celular transplantados para o nosso cotidiano como verdadeiras extensões do nosso corpo-animal-humano).

A dimensão física não se perde, mas se transforma. Do outro lado da tela continua existindo um corpo, que tem sentimentos e que talvez esteja feliz ou apreensivo, além de um território, que segue repleto de conflitos e esperança.



Perdemos os abraços, mas nos renovamos com a inteligência, a sabedoria e a afetividade das tramas amazônicas, as quais, vale dizer, transbordaram na tela, através das poesias e músicas trazidas por Margarida e Gracinha.

Está claro para nós que a importância da comunicação cresceu e que já não é possível retornar integralmente às dinâmicas do mundo pré-pandemia. Apostamos que exercícios como esse deverão ser cada vez mais frequentes. E, felizmente, podemos dizer: estamos prontas!



Uma leitura (eco)feminista sobre a CFEM



Por Tatiana Oliveira¹

No contexto de um conjunto de encontros virtuais que denominamos “Mulheres Amazônidas”, a discussão sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM) surgiu como tema incontornável à compreensão da relação complexa, aguçada no contexto da pandemia global causada pelo coronavírus, entre a precariedade e a vulnerabilidade que afetam comunidades diversas do sudeste paraense como consequência da instalação de grandes projetos de mineração.

Somando-se ao tema das “margens” esquecidas pelo Estado brasileiro e, por isso, difíceis de alcançar até mesmo no sentido da proteção social, nos dispusemos a fazer vibrar essa camada do inaudível por meio das vozes de mulheres cujos corpos, territórios, vidas e sentidos de existência se viram abalados (mas não destruídos) pela condição de isolamento e pelos efeitos socioeconômicos da crise sanitária sobre populações periféricas.

¹ Tatiana Oliveira é assessora de políticas públicas e direitos socioambientais do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), doutora em Ciência Política, com estágio pós-doutoral em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).



Assim, ao lado de assuntos como a própria pandemia e a questão fundiária (ambas fertilmente embaralhadas por elaborações ético-políticas sobre feminismo, economia popular e ecologias feministas), a CFEM surgiu como tema imperativo em razão da sua importância para garantir direitos sociais e territoriais em municípios devastados pela mineração.

Por um lado, a CFEM figurou, em nossas conversas, como uma solução institucional para os problemas locais. Por outro lado, foi submetida à crítica, a partir do questionamento à lógica que define noções como as de “impacto” e “compensação”. Aqui, quero dizer, a ideia da crítica foge ao automatismo da denúncia (deprimida e nostálgica) para apontar caminhos e lançar um outro olhar sobre a realidade e o futuro.

Embora um assunto árido, marcado pela dureza dos grandes números com que a ciência econômica costuma trabalhar, o diálogo sobre a CFEM foi capaz de revelar conexões nada triviais a respeito das formas de controle e despossessão que tanto o poder político quanto o econômico engendram na sua relação com a dominação de gênero.

Dessa maneira, sem partir de categorias analíticas determinadas ou relações causais preestabelecidas, juntas, conseguimos identificar modalidades e tecnologias de poder heterogêneas, dispersas, articuladas e conflitantes que, finalmente, nos fizeram enxergar as tramas econômicas e financeiras da



violência contra as mulheres, não em abstrato, e sim de forma localizada.

Aterrar o pensamento foi uma preocupação constante ao longo de todo esse circuito de *lives* ou conversas virtuais. Da mesma forma, entender as perspectivas e as sensações de mulheres diversas sobre a conjuntura, respeitando as suas singularidades, foi o “sul” que “norteou” o nosso trabalho. Como um exercício para a continuação desse esforço, não um encerramento, o que pretendo nas linhas a seguir é compartilhar um pouco do que aprendemos sobre cultura, política e economia desde a perspectiva das mulheres que estiveram conosco ao longo dessa jornada.

Para resumir, quero definir que o sentido de uma leitura feminista sobre a CFEM está em resistir à feitiçaria capitalista², afastando-nos da visão única representada pelo projeto nacional-desenvolvimentista, para, então, nos reconciliarmos com os horizontes comunitário-populares.³

2 Pignarre, Philippe; Stengers, Isabelle. *La sorcellerie capitaliste: pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005.

3 Gutiérrez Aguilar, Raquel. 2015. Horizonte comunitario-popular. Antagonismo y producción de lo común en América Latina. Puebla: BUAP.



Entendendo a CFEM

CFEM é a sigla para Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários. Ao contrário do imaginário popular, ela não corresponde ao pagamento pelos danos que a mineração provoca em uma cidade ou região nem se enquadra na categoria de imposto ou taxa sobre esse tipo de atividade econômica.

A CFEM foi criada para remunerar a sociedade brasileira (como um todo) pela extração dos minérios presentes no subsolo do país, os quais, conforme definiu a Constituição Federal de 1988, pertencem à União. Por isso, qualquer empresa com interesse de explorar a riqueza mineral nacional deve pagar ao governo para fazê-lo.⁴ Também por isso, tais recursos não se concentram no município explorador; eles são distribuídos pelas três esferas do Poder Executivo (municípios, estados e federação).

A CFEM pode ser classificada como um tipo de royalty, porque ela tem a forma de uma “compensação”, o que, no vocabulário econômico, significa a

4 Para entender o histórico sobre a regulação da CFEM, ver: “Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerários (CFEM): O que é, de onde vem e para onde vai? O caso de Canaã dos Carajás”. *Inesc*, Alessandra Cardoso, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3m8OPD8>

obrigação de pagamento ao detentor de um direito. Acontece algo parecido a isto, por exemplo, com as patentes, os pedágios e a exploração da natureza e suas riquezas compartilhadas por todos.

A confusão em torno do caráter deste royalty está justamente na sua tradução para o português como “compensação”, já que essa palavra é utilizada nos processos de licenciamento ambiental relativos à instalação de grandes empreendimentos nos territórios. Neste caso, sim, o objetivo é responsabilizar as empresas pelo dano provocado através da arrecadação de recursos cuja finalidade é amenizar os efeitos abrangentes dos prejuízos sociais e ambientais causados e comprovadamente vinculados a uma atividade econômica determinada.

Contudo, mesmo não sendo possível dizer que a CFEM se destina a cobrir os danos socioambientais e climáticos provocados pela atividade mineral, durante o longo processo de regulamentação desse tipo de royalty, a luta política e social foi capaz de pressionar o poder público e as empresas, produzindo brechas que permitiram o emprego destes recursos em políticas sociais que favorecessem as comunidades afetadas.

Considerando, então, o impacto da extração mineral, bem como a sua finitude, tem-se construído o entendimento, que vem se consolidando com o tempo, de que o aporte massivo (e crescente) de recursos oriundos da mineração

deveria resultar em ações para a melhoria da qualidade de vida da população, além de possibilitar a transição para outro modelo de crescimento e geração de riqueza. Se, de fato, esses recursos tornam-se serviços disponíveis para a população, é outra questão.

Uma pesquisa realizada pelo Inesc, em parceria com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), para a campanha “De Olho na CFEM”, chegou à conclusão de que, entre 2014 e 2019, três importantes municípios do sudeste paraense, a saber, Marabá, Canaã dos Carajás e Parauapebas, estiveram entre os cinco que mais receberam recursos da CFEM.⁵ Essas cidades compartilham os efeitos nefastos da instalação e da exploração de minério de ferro pela empresa Vale S.A., cujo principal projeto na região é o S11D (analisado em outro texto desta coleção)⁶.

O levantamento mostra que Marabá recebeu cerca de R\$ 325 milhões; Canaã dos Carajás, R\$ 698 milhões; e Parauapebas, o primeiro no ranking de municípios que arrecadam CFEM, recolheu algo próximo a R\$ 2 bilhões. Na

5 Esse parágrafo e os seguintes foram escritos com base nos materiais produzidos pela campanha “De Olho na CFEM” e no encontro virtual promovido pelo Inesc como parte da série “Mulheres Amazônidas”. Disponível em: <https://youtu.be/rfllGtnFjp4>

6 Congilio, Célia e Dos Reis, Iara Fernandes. 2020. A Acumulação capitalista na Amazônia. Inesc, Tatiana Oliveira (Org.), Mulheres Amazônidas: ecofeminismo, mineração e economias populares.

relação entre a arrecadação dos royalties da mineração e o orçamento municipal, esses números representam 10% do total de recursos disponíveis para a prefeitura de Marabá, 40% para a administração de Parauapebas e 63% para Canaã dos Carajás. O seu peso no orçamento municipal é, portanto, significativo.

A esperança era que todo esse recurso fosse aplicado em políticas de saneamento, educação, creche, saúde, emprego, planejamento urbano, financiamento rural, entre outros. Mas o uso que o poder público local faz dele não é transparente. Não se sabe muito bem para onde vão esses recursos. Tampouco foram identificados, nos municípios pesquisados, ferramentas ou materiais explicativos que pudessem informar a população sobre a destinação de todo o dinheiro oriundo da CFEM.

Para conseguir acesso a essas informações, a equipe de pesquisadores/as da Unifesspa precisou fechar uma parceria com o Laboratório de Computação Científica, da mesma universidade. O objetivo foi criar um “robô”, isto é, um “algoritmo”, para fazer o rastreamento automático das despesas municipais vinculadas à CFEM, o que permitiu, ainda, a sua tabulação simultânea em uma planilha de dados.

A análise dos resultados, que também foram confrontados com os dados do Cadastro Único (uma base de dados do governo voltada à identificação e caracterização das famílias de baixa e renda), mostra que o volumoso aporte

de recursos no orçamento municipal não só deixou de contribuir para o bem-estar da população e para estimular a transição para outros tipos de economia, como piorou a qualidade de vida dos moradores da região, aumentando o número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza.

(Eco)feminismo, política, economia e a CFEM

Em outro momento, ao analisar a problemática contida nas discussões sobre a CFEM, avaliou-se, desde o Inesc, que trabalhar esse assunto seria uma forma de entrecruzar dois campos de atuação e reflexão: de um lado, a mineração, seus impactos ambientais e sociais, além do papel exercido por essa atividade econômica para o apagamento dos modos de vida, criar e fazer dos povos tal como são desenvolvidos cotidianamente nos territórios; de outro, os temas de justiça fiscal, orçamento público, transparência e participação social. O objetivo deste pequeno artigo é contribuir com uma metodologia que possa trazer gênero e raça para o centro das nossas discussões sobre política e economia.



Tramas da violência econômica e financeira contra as mulheres

O feminismo, como filosofia e prática política, se desdobra em diferentes vertentes. Ao longo da sua história, a noção de “gênero” (tema primordial para essa escola de pensamento) foi dissecada de maneiras distintas, muitas vezes, enfatizando a problemática construção de categorias como mulher ou feminilidade, bem como a conexão dessa construção de gênero com o público e o privado. No entanto, a relação entre feminismo e Estado, assim como a própria ideia de Estado (na sua relação íntima com o desenvolvimento do capitalismo), recebeu menor atenção.

De um lado, parecia óbvia a necessidade de ter mulheres nas diferentes esferas do governo para fazer avançar políticas que as protegesse e beneficiasse. De outro lado, o Estado parecia ser a forma natural da organização social e econômica, ainda que ele fosse estruturado a partir de características consideradas tipicamente masculinas. Sob esse ponto de vista, a ação incremental das mulheres integradas ao Estado poderia/deveria contribuir para a sua despatriarcalização.



A partir da década de 1970, a institucionalização do feminismo produzido por mulheres brancas, ocidentais e de países avançados no capitalismo, isto é, sua “inclusão” como sujeitos nos espaços de poder, alavancou políticas públicas para combater desigualdades, em especial, a violência de gênero. Nesse contexto, a expressão “violência de gênero” ganhou os contornos da domesticidade, enfatizando a violência e a opressão patriarcal ocorridas dentro da casa, frequentemente, no âmbito da relação conjugal heterossexual.⁷

O parâmetro para essas definições (que são importantes e têm o seu valor) se baseou na experiência das mulheres brancas. No entanto, a relação entre o público e o privado, bem como o encontro dos corpos periféricos não brancos com o Estado, percorre outros caminhos.⁸ Por exemplo, diversas autoras deslocam a percepção sobre a opressão patriarcal entre casais de sexos opostos, depositando sobre outras esferas as causas principais das dificuldades enfrentadas pelas mulheres.⁹

7 Vianna, Adriana e Lowenkron, Laura. O duplo fazer do gênero e do estado: interconexões, materialidades e linguagens. 2017. Cadernos Pagu [on-line], n. 5.

8 Davis, Angela. Mulheres, raça e classe. 2016. São Paulo, Boitempo.

9 Davis (2016, citado acima); Mohanty, Chandra. Under Western Eyes Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles. Signs, vol. 28, no. 2, 2003, pp.499-535; Mahmood, Saba. Politics of Piety: The Islamic Revival and Feminist Subject. Princeton; Oxford, Princeton University Press, 2005.

A partir dessa constatação, reforçamos a convicção sobre a importância de aterrar as nossas discussões, contextualizando-as. Metodologia recomendada pelos feminismos, em particular por aqueles que se identificam como comunitários, a análise situada de um problema relacionado à dominação de gênero permite entender como a relação estabelecida pelos indivíduos entre si, com a natureza e com a cultura varia caso a caso, implicando distintas formas de organização política e aproximação com o Estado (ou com a economia por ele protegida). Isto resulta em uma perspectiva completamente diferente do que foi vislumbrado pelas feministas europeias e estadunidenses como política sexuada¹⁰.

De fato, na periferia ou nas margens do domínio estatal, a experiência da autoridade política não é homogênea. A promessa de um mundo melhor no futuro é apenas uma delas. Não raras vezes, o abandono e a violência desproporcional e legitimada sobressaem. Assim, a expressão “tramas da violência econômica e financeira contra as mulheres” aponta para as múltiplas dimensões da violência patriarcal produzidas e aglutinadas pelo entrelaçamento da política, da economia e da cultura.

10 Rubin, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In.: Políticas do Sexo. 2017. São Paulo: Ubu Editora.

Desde esse ponto de vista, a conformação de gênero do Estado (e que se faz a partir dele) engloba preocupações relativas ao feminino e aos corpos feminizados, bem como às distintas expressões da masculinidade sedimentadas a partir das formas de organização institucional, dos desenhos das políticas públicas, dos discursos e dos públicos-alvo destas mesmas políticas.

De maneira análoga, a violência econômica neoliberal não designa apenas a destruição dos modos de vida e da natureza, nem a perseguição, a morte e a despossessão que engendra. Compreendemos que, na sua dimensão financeira e especulativa, a violência capitalista se volta contra o sujeito (ou a existência), sendo também especialista em colocar em dúvida (ou em descrédito) a humanidade das pessoas, a sua dignidade e o seu merecimento de atenção e cuidado. A relação entre o “ser” e as oportunidades econômicas é um vínculo poderoso para se pensar os atravessamentos raciais da economia contemporânea.

Para a economia feminista, esse cenário significa que o capitalismo não se preocupa mais em produzir a bifurcação que o permitiu explorar, historicamente, o trabalho não remunerado das mulheres. Antes, o neoliberalismo, na sua forma contemporânea, o ataca diretamente no sentido de interromper os ciclos de reprodução social e, assim, produzir controle, disciplina e sujeição. Destruir as condições de possibilidade mais elementares para a sustentação



da vida, abrindo a porta para o desespero, é um estímulo difícil de ignorar, sendo ainda muito eficiente em impor, sem obrigar, comportamentos ou mudanças nos modos de viver de populações inteiras.

Para a ecologia feminista, o incentivo a modelos de desenvolvimento baseados na exploração predatória da natureza cria uma atmosfera de miserabilidade que afeta a própria capacidade humana de reconhecer a si própria. Para além disso, chama a atenção a escala cada vez maior e segmentada da produção, o que, novamente, não apenas prejudica o meio ambiente, como também fragmenta comunidades, angustia e desterritorializa os sujeitos.

Então, o Estado não só se torna o agente que impõe uma concepção de desenvolvimento econômico particular, como é aquele que garante (e reproduz) estruturas de exclusão e morte responsáveis por impedir a manifestação das comunidades sobre o seu destino e o da sociedade que integram. Finalmente, ao lado das economias populares ameaçadas pela economia hegemônica, vão desaparecendo cosmologias e mundos inteiros que já não conseguem conviver com o mínimo de paz em um contexto de imposição agressiva da modernidade.



Leituras sobre a convivência cotidiana com a mineração

Ao longo das nossas discussões, a reflexão-ação a que se alude acima, fortemente comprometida com os grandes debates nacionais (sistema político e participação, desenvolvimento econômico e cidadania), ganhou concretude nos relatos cotidianos sobre a convivência de mulheres, famílias e comunidades com a mineração.

Esse olhar muito particular sobre o tema permitiu que enxergássemos a dinâmica, ou seja, as contínuas (re)configurações das relações de poder e a sua vinculação com a violência racial tanto quanto com a dominação de gênero. Isso significa que, desde os lugares de fala e de experiência dessas mulheres amazônidas, foi possível produzir giros sucessivos na nossa interpretação sobre a situação de alguns municípios do sudeste paraense.

Houve um momento em que pudemos ler o país através da perspectiva das quebradeiras de coco e sua reinvenção da geografia brasileira. A ideia de um território cujo símbolo de unidade são as palmeiras de coco-babaçu viola a divisão geopolítica imposta pelo IBGE, produzindo um verdadeiro rearranjo da imaginação comunitária que contrasta com as definições da comunidade imaginada no plano nacional.

Ao mesmo tempo, esse território sofre a interferência de forças paraestatais dedicadas ao controle, ao disciplinamento e à submissão. As empresas, nacionais e estrangeiras, também à revelia do ditame burocrático, se espalham sobre o território, erguendo cercas que atravessam e, por sua vez, reconfiguram o território tradicional das quebradeiras de coco, ou ainda, poderíamos dizer, das comunidades camponesas e indígenas presentes na região.

Nos assentamentos e acampamentos rurais, existe, talvez, o traço mais marcado da violência racial. A imponente presença desses grupos na paisagem subsiste a tentativas sistemáticas de eliminação, apagamento e criminalização. Esta última, a criminalização, se observa não só do ponto de vista jurídico, ou seja, das regras fixadas no código penal, mas também no que diz respeito à indiferença em relação a corpos inelutáveis (portanto, morríveis e matáveis)¹¹ ou na dúvida persistente sobre a índole de quem ocupa e re(x)iste fora do parâmetro da propriedade privada e da ganância do lucro.¹²

11 Butler, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? 2017. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

12 Chakravartty, Paula e Da Silva, Denise Ferreira. Race, Empire and the Crisis of the Subprime. 2013. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Nas cidades amazônicas, desordenadas e resultantes deste processo perverso de expulsão, trabalho, água, saneamento e ruído foram citados como vetores que, articulados, produzem ou reforçam cenários de desigualdade social, de gênero e de raça. Trata-se da oferta de trabalho que exclui as mulheres, impondo-lhes o lugar de cuidadoras no espaço doméstico ou produzindo insegurança na circulação pela cidade; da água ausente ou contaminada que põe em risco a vida, além de potencialmente estruturar relações de chantagem e dominação relacionadas ao interesse de obter acesso à água potável; dos baixos índices de saneamento, que não permitiram proteção adequada frente à pandemia e trouxeram dor e sofrimento, produzindo, enfim, novas situações de subalternidade e opressão frente ao luto, com famílias inteiras com as suas rendas comprometidas pelo isolamento e pela morte; e do ruído das ferrovias reservadas ao transporte de minérios que provocam acidentes, afetam a saúde mental e distribuem sobre a cidade o pó tóxico que realimenta os círculos viciosos de sujeição e vulnerabilidade de quem insiste em sobreviver.



Para uma leitura ecofeminista sobre a CFEM

Como se verá nessa coletânea, cotidianamente, mulheres e suas comunidades produzem formas de organização social, política, econômica e cultural que, embora não estejam inteiramente fora da lógica capitalista – que nos submete a todos –, a desafiam e reorganizam sua finalidade, seu interesse e suas prioridades. Assim, todas as nossas discussões (nesta publicação e nos encontros virtuais) foram para demonstrar a necessidade de se pensar ideias como impacto e compensação a partir das configurações sociais, políticas, econômicas e culturais locais.

Por isso, é possível dizer que a dificuldade para acessar dados da CFEM, registrada pela pesquisa do Inesc, denota, por um lado, uma possível apropriação indevida. Por outro lado, a falta de transparência e de participação social na destinação dos recursos oriundos deste royalty implica a morte reiterada dos horizontes comunitário-populares em permanente elaboração. Assim, reafirma-se um modelo econômico finito e predatório nos quesitos social e ambiental, deixando os povos do sudeste paraense “sem alternativa” e em situação de vulnerabilidade extrema.



De fato, além do aumento da miserabilidade nas regiões pesquisadas, a vertigem provocada pela transformação das dinâmicas socioterritoriais, rápidas e radicais, se traduz pelo apagamento da memória e das linhas de fuga possíveis, bem como pela condição servil a que precisam se submeter trabalhadores sem emprego formal.¹³

Assim, uma leitura ecofeminista da CFEM não pode prescindir dos cinco pontos de observação, sugeridos nesta coletânea, sobre o enfrentamento à repatriarcalização dos territórios, a saber: a) sobre quem recai a decisão política sobre o planejamento econômico; b) a relação entre a economia hegemônica (protegida e privilegiada pelas estruturas estatais), as economias populares ou comunitárias e as formas de exploração/extração; c) a ligação entre natureza e cultura, os ciclos de reprodução da vida social e a agrobiodiversidade; d) os repertórios múltiplos e diversos das masculinidades inerentes aos modos de fazer do Estado; e e) os dispositivos de controle, disciplinamento e violências que recaem sobre corpos sexuais e racializados. Aos territórios repatriarcalizados corresponde a atualização colonial, além de múltiplas expressões da masculinidade que estruturam a racionalidade do governo.

13 Gorz, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. 2007. São Paulo, Annablume.



Considerações finais

Quando dissemos inicialmente que o sentido de uma leitura feminista sobre a CFEM está em resistir à feitiçaria capitalista, afastando-nos da visão única representada pelo projeto nacional-desenvolvimentista, é porque assumir esse caminho lógico implica fugir de uma pragmática demasiada e deliberadamente limitadora das concepções de mundo e das possibilidades que o nosso fazer sobre esse mundo engendram.

Por sua vez, reconciliar-se com os horizontes comunitário-populares implica desinvestir o realismo pueril, segundo o qual o mundo ou a realidade existem objetivamente fora da produção do sujeito. Dizer que o mundo é o que fazemos dele deve garantir a existência de mundos diversos, sem a necessidade de amarrá-los por princípios ou condutas definidos desde uma posição de poder.

Corpos-territórios no enfrentamento a megaprojetos extrativistas:

reflexões sobre formas de
(r)existir e viver a partir dos
territórios de Abya Yala.



Mulheres Amazônidas



Joana Emmerick Seabra¹

Introdução

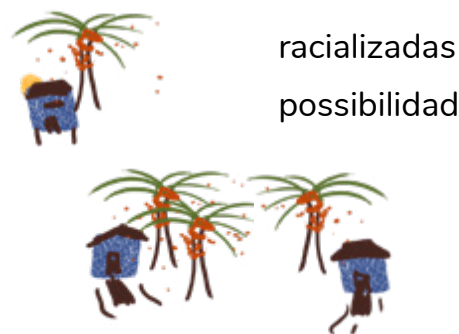
É nos marcos da oposição entre vida e morte, pela defesa da vida ou dos modos de vida frente às políticas de morte, que situo o agravamento dos cenários de conflito socioterritorial e ecológico ao redor dos megaprojetos extrativistas² que se espriam pelas periferias com mais força desde o início do século XXI, aprofundando violências que ganham acentuação diferenciada para mulheres negras, indígenas, camponesas, quilombolas, trans, periféricas e militantes, mulheres diversas diante ainda da ascensão da extrema direita e dos mecanismos de controle e disciplinamento agudizados na atual pandemia de Covid-19 a níveis globais.

¹ Doutoranda em Antropologia pelo PPGA/UFPA, integro o GT Cuerpos, territorios y feminismos de Clacso. Como mulher branca que corporifica uma série de privilégios raciais e sociais, busco me aprender cotidianamente como feminista antirracista. Falar em primeira pessoa do plural afirma, no entanto, a dimensão coletiva e compartilhada dos conhecimentos expressos. Agradeço pelos ensinamentos e trocas na construção desta reflexão a Delmy Tania Cruz Hernandez, Sislene Costa Silva, Janaína Henrique dos Santos, Cristina Bezerra, Bianca Pires, Simy Correa, Lina Magalhães, Dayanne Santos, Elô Nunes, Tatiana Oliveira, Rose Bezerra, Margarida Negreiros e Gracinha Donato.

² Utilizo a noção de megaprojetos extrativistas por ser o conceito ao redor da discussão proposta no texto; Maristella Svampa (2011) considera como megaprojetos estratégicos de desenvolvimento e Vainer, como Grandes Projetos de Investimento (2007).

Reflexões-ações sobre como estamos enfrentando este cenário extrativista e pandêmico vêm sendo alvo de coletivas, redes e diálogos realizados – apesar das adversidades e da desigualdade do acesso à internet nos territórios – entre distintas partes, no Brasil e na *latinoamerica*, por Abya Yala e Afroamérica³, encarando igualmente os efeitos ambíguos e violentos do postulado do isolamento social.

Durante as Giras de Formação “Mulheres, fronteiras e territórios”⁴, escutamos de Lorena Cabnal como a gramática do isolamento social em função da pandemia é também um enunciado de grande violência para a maioria das mulheres racializadas e empobrecidas pelo sistema. Além de não garantir condições de possibilidade para esse resguardo, evidenciando as assimetrias de etnia, raça,



3 Abya Yala, termo cunhado em língua Kuna, e Afroamérica podem ser compreendidas como categorias críticas à contracorrente do imaginário imperial ocidental predominante e são usadas por Laó-Montes (s/d, 28). Aqui expressam que os megaprojetos não se territorializam de forma aleatória pelos territórios, mas objetivam a pluralidade de mundos tecidos a partir de histórias de opressão racial e também de afinidades culturais e ações políticas de resistência.

4 Construídas coletivamente por mulheres e corpos diversos, a partir da iniciativa do @encontrosmarginais, coletivo que surge na pandemia como forma de continuar a fazer a crítica aos sistemas de dominação vigentes, denunciando violências cotidianas e sistêmicas e sendo gestado por pessoas LGBTQIA+, periféricas, de terreiro e de povos e comunidades tradicionais no Maranhão.

classe e gênero desse postulado⁵, o isolamento remonta a outras pandemias silenciadas: das violências de gênero e contra as mulheres e da sobrecarga com trabalhos reprodutivos.

Essas violências afetam com especial perversidade mulheres que atuam na defesa dos territórios e da vida e sofrem com os ataques sistemáticos dos agentes da devastação. São essas mulheres que atualizam, assumindo todos os riscos, as estratégias coletivas e comunitárias de solidariedade e cuidados para com as vidas humanas e não humanas no enfrentamento das políticas de morte e genocídio do governo ultraliberal, racista e misógino brasileiro.

Com este texto, me somo à iniciativa organizada por mulheres amazônidas do sudeste do Pará, junto ao Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), com o intuito de contribuir para a reflexão sobre como estamos construindo leituras territoriais sobre/para o enfrentamento das violências que afetam mulheres diversas e outros corpos feminizados conjugadas às violências da acumulação de capital sobre os territórios.

Proponho dialogar com algumas práticas teórico-políticas feministas

5 Como discutido também pelas debatedoras na atividade virtual “Diálogos Com-juntas: violências de gênero y otras pandemias”, no dia 23 de novembro, organizada pelo Comitê Impulsor Campanha Permanente Mulher Sem Violências, da Colômbia, em: @mujersinviolencias (página no Facebook).

(Espinosa-Miñoso, 2012)⁶ situadas desde distintos lugares em Abya Yala, em conexão com noções que surgiram também durante nossas conversas, ao longo dos quatro debates virtuais. Aqui, me refiro, em particular, ao diálogo ocorrido virtualmente e intitulado “Corpos-territórios e a luta no sudeste do Pará”, do qual participei ativamente.

Como linha condutora, tomo as noções de **“repatriarcalização dos territórios”** e **“corpos-territórios”**, finalizando com questionamentos sobre como e se ambas são capazes de potencializar as nossas reflexões-ações frente aos conflitos e violências imputados por megaprojetos extrativistas no Brasil e região, agravados na conjuntura de pandemia global.

Meu próprio contato com a noção de corpo-território não ocorreu primeiro pela inserção acadêmica, e sim pela prática política e pelos afetos compartilhados com mulheres diversas organizadas na Zona Oeste do Rio de Janeiro⁷.

⁶ Neste sentido, compreenderei, no texto, estas movimentações feministas desde as práticas teóricas e políticas veiculadas, por expressarem teorias que não se dissociam da prática, e práticas políticas e coletivas que produzem uma diversidade de sentidos, teorizações e metodologias.

⁷ Foi em um momento de autoformação na Coletiva Popular de Mulheres da ZO, a partir de um texto de Sílvia Camurça (2003) intitulado “Nossos corpos, nossos primeiros territórios!”, que discute a diferença de abordagem entre “nosso corpo nos pertence” e “nosso corpo, nosso território”, assumindo o corpo como território a ser defendido e a ser vivido de forma autônoma em nossa existência indivisível e aproximando lutas de mulheres diversas na defesa dos territórios frente à expropriação do capital.

Esse conceito posteriormente figurou como proposta metodológica de nossa militância investigativa e da construção cartográfica na Militiva⁸, expressando, assim, uma prática política coletiva de formação de conhecimentos desde os territórios e de um feminismo antirracista e periférico que afirma o protagonismo de mulheres pretas e periféricas nos processos organizativos territorializados.

Desde então, caminhando e acompanhando lutas de defesa territorial no Maranhão, sobretudo no enfrentamento à Vale S.A., venho aprendendo outros sentidos sobre a relação entre corpos e territórios e sobre as lutas comunitárias e coletivas por liberdade.

Parto, assim, de uma *mirada* pessoal, possível graças aos afetos, saberes e conhecimentos compartilhados até este momento, buscando acima de tudo contribuir para “construir pontes” entre elaborações originais e coletivas de pensamentos críticos entre mulheres organizadas e com diferentes trajetórias de luta, cânticos, poesias e sentidos vividos em comunidade e movimento, que nos inspiram a outros horizontes comuns.

⁸ Uma prática de construção de conhecimentos desde os territórios e uma coletiva cuja atuação contingente resultou na elaboração e na publicação da pesquisa/mapa “Militiva – Enfrentamentos aos Racismos pelos Olhares das Mulheres. Uma cartografia feminista sobre violações e resistências na Zona Oeste do Rio de Janeiro” (MILITIVA, 2018). Para conhecer mais, conferir: www.militiva.org.br.

A repatriarcalização dos corpos-territórios, a segregação e o aprisionamento territorial

Por toda *nuestra América*, por Abya Yala e por Afroamérica, foram aprofundados fortes conflitos socioterritoriais e ecológicos, sobretudo em decorrência de intervenções cunhadas como megaprojetos extrativistas, cujos processos de territorialização hegemônica confrontam territorialidades, sujeitos e ações de (r)existências múltiplas na defesa da vida e dos territórios.

Essas situações de conflito e disputa são agudizadas frente ao avanço do ciclo de acumulação neoliberal que ganha força no início do século XXI e é caracterizado por Svampa (2012) como a passagem do Consenso de Washington – com um amplo processo de reformas estruturais, endividamento e privatizações que assolaram Estados periféricos e semiperiféricos – para o Consenso das *Commodities* – com a intensificação da exploração e da exportação de *commodities*, implicando lógicas de acumulação por espoliação, desapropriação e reapropriação privada de terras, territórios, bens comuns e naturais.

Reifica-se um modelo primário exportador, impulsionado por Estados progressistas e ultraliberaes, sustentado na exploração mineral, na indústria do petróleo, nas agroindústrias e em outras indústrias extrativas integradas

por meio de infraestruturas logísticas que privilegiam os fluxos de capital financeiro e das corporações transnacionais (Haesbaert & Limonad, 2007).

A reorganização e a transformação socioterritoriais decorrentes da acumulação em escala global implicam verdadeiros processos de reconversão colonial que avançam sobre corpos e territórios (Machado Araóz, 2015).

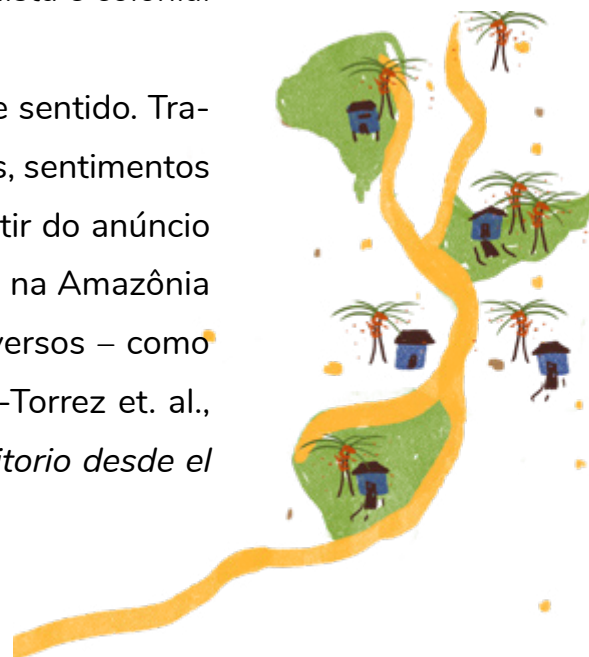
As disputas e os conflitos decorrentes desse modelo de desenvolvimento implicam efeitos diferenciados nas vidas de mulheres negras, afrodescendentes, camponesas e indígenas e seus povos e comunidades, ainda pouco trabalhados de forma sistemática (Ulloa, 2016, p.125). Ulloa (2016) observa que as análises de contextos extrativistas são potencializadas ao articular gênero, território e meio ambiente às violências vivenciadas por mulheres, assim como às suas estratégias de enfrentamento a estas situações.

Diferentes abordagens tratam dos contextos vivenciados por mulheres diversas em função dos megaprojetos extrativistas, enfrentando “cenários ambientais de apropriação e espoliação” que avançam sobre natureza, territórios e corpos (Ulloa, 2016; 2014); violências que servem aos grandes projetos na Amazônia brasileira, pela apropriação de tempo, trabalhos e corpos, individuais e coletivos, de mulheres (Barroso, 2017); e violências extrativistas ambientais contrapostas por territorialidades de resistência e cuidado entre mulheres em zonas de sacrifício na Zona Central do Chile (Paola Bolados et. al., 2018).

Postuladas desde as diferentes trajetórias e lugares vivenciais, essas leituras mostram que as opressões do modelo de acumulação do capital e dos mecanismos de controle e morte globais não são neutras; elas articulam os vários rostos da dominação racista, patriarcal, heterossexista, imperialista e colonial também sobre a natureza (Carosio, 2012) ⁹.

A noção de repatriarcalização dos territórios caminha nesse sentido. Trata-se de uma formulação tecida a muitas mãos, vozes, vivências, sentimentos e trajetórias e que permanece em constante construção. A partir do anúncio do avanço da exploração petroleira no Parque Nacional Yasuni, na Amazônia equatoriana, enfrentado por coletivos urbanos e indígenas diversos – como o Yasunidos e a Articulação de Mulheres Amazônicas (García-Torrez et. al., 2020, p. 23) –, em 2013, o *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el*

9 Na apresentação à publicação *Feminismo y Cambio Social en América Latina y el Caribe*, Alba Carosio coloca a questão: “No contexto do pensamento anti-hegemônico, o pensamento feminista tem produzido uma teoria crítica que demonstra que os rostos da dominação são múltiplos, e portanto devem ser diversos as formas e os agentes de resistência a eles [...] No entanto, as necessidades e propostas feministas são pouco compreendidas e frequentemente postergadas, e ainda hoje são impugnadas por relatos utópicos que deixam intacto o patriarcado e se negam a compreender sua articulação vital com o capitalismo, o racismo e o imperialismo” (CAROSIO, 2012, p. 10, tradução própria).



*Feminismo*¹⁰ inicia as primeiras reflexões sobre o conceito.

Desde então, o crescimento das lutas protagonizadas por mulheres diversas, organizadas no enfrentamento aos megaprojetos extrativistas e na defesa da vida, provoca uma série de questionamentos e formulações originais. Por exemplo, toma-se como inspiração importante as noções de **território-corpo-terra**, elaboradas primeiramente pelos feminismos comunitários, pois, tal como enunciam, “pensar e trabalhar sobre o corpo-território nos abria a porta para visibilizar como a violência sobre os corpos das mulheres se conecta com os processos de despojo globais dos territórios” (García-Torrez et. al., 2020, p. 24).

De lá para cá, foram construídos diálogos e reflexões com coletivas, organizações, mulheres feministas e não feministas, latino-americanas e caribenhas, além de intelectuais do norte e do sul globais, tecendo leituras compartilhadas sobre as dimensões constitutivas (Vásquez, 2017; Colectivo Miradas Críticas del

10 O Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo é formado por estudantes, investigadoras, professoras, militantes, organizações de mulheres campesinas, indígenas e urbanas e redes, organizações e movimentos sociais, além de espaços universitários, pessoas situadas em distintas partes do mundo e preocupadas em trabalhar a relação entre corpos, territórios e feminismos desde práticas de investigação-ação. Para conhecer sua história e seus trabalhos, visitar: territorioyfeminismos.org.

Territorio desde el Feminismo, 2018)¹¹ da patriarcalização (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2014), que passou a ser recolocada em termos de repatriarcalização dos territórios¹² (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017).

Na análise elaborada por essas coletivas, enfoca-se justamente como a **territorialização de megaprojetos extrativistas pressiona para reconfigurar os territórios da existência¹³, produzindo uma “nova ordem patriarcal, que conflui, se enraíza, aprofunda e reatualiza a existência de relações machistas prévias”** (García-Torrez, 2020, p. 32).

Por isso, entendo a repatriarcalização dos territórios não apenas como um conceito, mas como uma proposta teórico-metodológica que parte dos corpos-territórios – através de mapeamentos desses corpos-territórios e

11 Vázquez (2017) trabalha com três dimensões centrais, sendo elas: i) a dimensão histórico-estrutural, ii) a dimensão ecológica e iii) a dimensão corporal. Também consideraremos que cada uma delas incorpora a dimensão simbólica, assim como constitui e é constituída por processos micro e macroterritoriais

12 O conceito surge como patriarcalização dos territórios, sendo revisto, posteriormente, para repatriarcalização dos territórios (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017). Essa revisão é central, pois compreende a existência de relações machistas anteriores ao início das intervenções, que passam por processos de reconfiguração e aprofundamento, não sendo iniciadas no momento da intervenção.

13 “(...) espaços biofísicos e geográficos mas também como espaços de vida socais, culturais e corporais” (García-Torrez, 2020, p. 32, tradução própria).

cartografias corporais¹⁴ – para articular os contextos micro e macroterritoriais dessas violentas reconfigurações.

Neste contexto, aludimos ao conceito de (re)patriarcalização dos territórios como uma forma de nomear este entrelaçamento das violências relacionadas com o atual ciclo de expansão do capital no continente e a resposta que as mulheres estão produzindo em uma luta conjunta contra a territorialização dos megaprojetos, as formas neocoloniais do *despojo* dos espaços de vida e a reconfiguração do patriarcado, que, por sua vez, requer o modelo extrativista (García-Torrez et. al., 2020, p. 32, tradução própria).

Muito além de nos concentrarmos nos impactos de megaprojetos, somos impulsionadas a pensar sobre como os processos de defesa da terra e das vidas se dão em contextos e tramas complexas de avanço das fronteiras da *espoliação e da violência*, envolvendo as disputas pelos meios materiais e simbólicos de reprodução da vida.

A reconfiguração colonial e patriarcal se dá, assim, de forma abrangente e se expressa também no campo simbólico, abarcando as “relações sociedade-natureza e de gênero em termos patriarcais” (García-Torres, 2020, p.32), mas em acordo com as desigualdades histórico-estruturais prevaletentes.

14 Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017.

Em outras palavras, tal reconfiguração se edifica a partir das hierarquias de raça, gênero, sexualidade e classe conformadoras de uma formação social dada (Hernandez Castillo, 2015, apud García-Torrez, 2020, p. 28). Ela também evidencia a complexidade e a importância de avançarmos com ferramentas conceituais e metodológicas para investigar concretamente suas expressões socioespaciais, analisando os lugares de produção de subjetividades e identidades não estáticas desde abordagens interseccionais (Zaragocin, 2016).

Atualmente, são propostas cinco dimensões que contribuem com esses caminhos de análise e ação de enfrentamento. Os cinco elementos abaixo descritos inquiram como e se a repatriarcalização dos corpos-territórios é vivenciada em um dado contexto. São elas:

- 1) a dimensão política, referente aos processos de tomada de decisões para a implantação de grandes projetos extrativos nos territórios;
- 2) a dimensão econômica, referente à conformação de estruturas econômicas patriarcais que submetem economias comunitárias e de cuidados e práticas de reprodução da vida, mediante assalariamento masculinizado e expropriação de terras comuns e bens naturais;
- 3) a dimensão ecológica, que corresponde à interrupção dos ciclos de reprodução da vida, resultando em uma maior feminização da responsabilidade

em garantir condições de reprodução social, cuidados com a saúde coletiva e enfrentamento da insegurança alimentar diante da perda de agrobiodiversidade;

- 4) a dimensão cultural, mediante aprofundamento ou alteração das representações e estereótipos sexistas no plano simbólico e dos imaginários; e
- 5) a dimensão corporal, que reflete a intensificação dos modos de disciplinamento, controle social e violência machista sobre corpos sexuais e racializados (García-Torres et. al., 2020; Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2018).

Não sendo possível aprofundar a discussão neste espaço, ressalto como essa capacidade de decisão vincula-se aos sujeitos privilegiados do capitalismo presentes, sobretudo, no Estado e nas empresas nacionais e transnacionais, a saber, homens, brancos, burgueses, adultos e que respondem às normas da heterossexualidade (García-Torres et. al., 2020, p. 32). Tais sujeitos são os que podem estabelecer alianças desiguais com lideranças masculinas subordinadas nas hierarquias prevaletentes e são eles que jogam com as normas da masculinidade hegemônica, excluindo mulheres e outros corpos



feminizados e dissidentes dos processos de tomada de decisão¹⁵. São também eles que disputam a participação feminina, as subjetividades coletivas e as práticas de organização das comunidades.

Esse cenário evidencia os desafios à organização coletiva e comunitária como forma de ampliar o poder de interferência frente a estas dinâmicas pela autoproteção contra os modos de estigmatização racista e sexista, de controle da reprodução, do exercício da sexualidade e de sua criminalização. Esses processos afetam com mais força as mulheres racializadas quando elas irrompem e ocupam a cena pública e/ou comunitária, assim, desorganizando as estruturas de silenciamento e subordinação. Como consequência, essas mulheres enfrentam violências não apenas oriundas de agentes estatais e empresariais, mas também no contexto dos próprios movimentos e comunidades¹⁶.

15 É importante ressaltar que o processo de feminização que recai sobre mulheres, natureza e territórios abarca, igualmente, coletividades inteiras. Neste sentido, os homens racializados, subordinados nas hierarquias prevalecentes, sofrem inúmeras violências e são feminizados e deslegitimados perante a dominação política e econômica da elite branca. É necessário diferenciar o patriarcado branco de outras expressões locais, dependentes etc.

16 Da mesma forma, não se trata de supor uma opressão compartilhada entre todas as mulheres, pelo contrário. É importante buscar analisar como a repatriarcalização em função da territorialização dominante pressiona as relações de gênero, territoriais e comunitárias instituídas em um dado contexto, a partir da concretude das relações vividas e também almejadas.

É importante refletir sobre os processos crescentes de militarização dos territórios, densificação e segregação urbana de forma articulada a essas dinâmicas. Isto porque eles culminam em perda de autonomia territorial das mulheres e de outros corpos feminizados e racializados pela masculinização do espaço ou dos territórios (García-Torres, 2020).

Tudo isso também se relaciona às dinâmicas de expropriação de terra e território e dos bens comuns e naturais, cujo resultado é maior vulnerabilidade e dependência do assalariamento masculinizado, das formas precarizadas de trabalho formal e informal, das economias dominantes e do trabalho doméstico sem garantias de direitos. A sobrecarga de trabalho reprodutivo e de cuidados e as múltiplas formas de violência, como as sexuais, são, ademais, efeitos das reconfigurações provocadas pela economia hegemônica nos territórios.

Estes são processos de espoliação, cercamento e apropriação, que, desde distintos corpos-territórios no Maranhão e no Pará, são sentidos e vividos como aprisionamento e encarceramento territorial¹⁷.

17 Como em relatos de que viver cercado por megainfraestruturas logísticas, como a Estrada de Ferro Carajás, concessão da Vale S.A., no Maranhão, e seus projetos sociais equivale a viver em uma prisão. Recentemente a Vale S.A. iniciou a construção de um muro que agrava ainda mais esse conflito. Ver Seabra E., 2020.

A coletivização das lutas na defesa dos corpos-territórios e o tecer de horizontes comuns de vida

Compreender como mulheres diversas, sobretudo nos contextos rurais e periféricos urbanos, se organizam e confrontam esses cenários é atentar à forma como atualizam permanentemente estratégias históricas entre povos e movimentos em *nuestra América*, como a coletivização das lutas (Venegas et. al., 2018).

A organização coletiva de mulheres na defesa dos territórios e da vida se expressa como práticas teórico-políticas, sejam elas feministas ou não, atravessando as lutas antipatriarcais, antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais.

Essas práticas também impulsionam debates do âmbito da ecologia (Diana Vela-Almeida et. al., 2019) e diálogos entre feminismos e ecologias diversas. O próprio Colectivo aponta que a sua prática teórico-política é inspirada nas elaborações dos feminismos comunitários, populares e decoloniais, situando sua abordagem desde os ecofeminismos do sul, em seus termos, por abarcarem os modos de subordinação patriarcal que “tem inferiorizado a natureza e naturalizado o feminino para estabelecer processos de apropriação e controle dos corpos e territórios para desenvolvimento do capitalismo” (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2014, p. 9).

Tal abordagem dialoga com a ecologia política feminista e a economia feminista, trazendo ao centro das análises uma economia e uma ética de cuidados e da reprodução da vida. Dessa maneira, a discussão se centraliza menos em abordagens abstratas sobre a relação entre mulheres e natureza e mais no território como categoria teórico-política da disputa. Parte-se, então, de leituras interseccionais que vinculam teoria e prática nas análises (Cruz, 2020)¹⁸.

Por exemplo, é desde os feminismos comunitários territoriais, em Chiapas, que Delmy Tania Cruz (2020) identifica sua própria prática teórico-política, trazendo o comum e o comunitário ao centro dos confrontos pela defesa dos territórios, compreendidos por ela como espaços de vida. Cruz fala dos “entramados comunitários” ameaçados pelas dinâmicas de acumulação de capital e pelas lógicas machistas, que representam também a potência de construção cotidiana de um projeto político global de liberdade para além dos dogmas individualistas de certas abordagens feministas ocidentais.

A partir de agora, enfocarei os feminismos comunitários na relação com

18 Ressalta, portanto, estudos que têm como diferencial o fato de partirem da “premissa de que a mudança ambiental não é um processo neutro, suscetível à gestão técnica, e sim que surge através de processos políticos hierárquicos que são provocados pela raiz patriarcal do extrativismo neoliberal. Também põem ênfase na agência política que surge de subjetividades complexas (gênero, raça, classe, sexualidade) para mostrar as diversas estratégias territoriais que desenvolvem principalmente as mulheres organizadas” (Cruz, 2020, p. 14, tradução própria).

a categoria de corpo-território¹⁹. Os feminismos comunitários se afirmam em contexto de diálogos entre feminismos latino-americanos, sobretudo autonomistas, e mulheres organizadas na Bolívia e na Guatemala. São exemplos: Mujeres Creando e Tzk'at – Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew-Guatemala.

Ambos sustentaram enfrentamentos em múltiplas frentes (Ulloa, 2016; Gargallo, 2013; Cabnal, 2010, 2013, 2018; Guzmán, 2020²⁰)²¹ envolvendo: a captura e a despolitização do “gênero” por feminismos hegemônicos institucionalizados e atuantes em espaços transnacionais; o extrativismo capitalista, neoliberal, racista, patriarcal e colonial e seus agentes violadores de corpos

19 Não tenho a pretensão de contar a história dessas construções nem abarcar sua diversidade constitutiva, tão somente contextualizar alguns dos enunciados que se afirmam nesse contexto, sobretudo desde a década de 1990. Para Ulloa (2016), desde então emergiram e emergem feminismos territoriais em distintas partes de Abya Yala. Para Cruz (2020) e Cabnal (2018), são feminismos comunitários territoriais. Para Guzmán (2018), feminismos comunitários territoriais, populares e antipatriarcais.

20 Exposição oral em atividade virtual “Diálogos Com-juntas: violencias de género y otras pandemias”, no dia 23 de novembro, organizada pelo Comitê Impulsor Campanha Permanente Mulher Sem Violências, da Colômbia, em: @mujersinviolencias (página no Facebook).

21 Ainda que as noções sobre o corpo como território da resistência e o território-corpo-terra tenham se originado nesses movimentos, feminismos territoriais diversos emergiram e emergem em Abya Yala como verdadeiros “chamados à politização dos corpos na construção de autonomias” e à construção de relações diferenciadas de gênero no próprio âmbito das lutas de defesa territorial e no enfrentamento ao extrativismo e seus agentes da espoliação (Ulloa, 2016, p.135).

feminizados, comunidades e territórios ancestrais, representados sobretudo por corporações transnacionais; e a reprodução de leituras masculinistas e heteronormativas subjacentes a determinadas propostas de Bem Viver em processos de construção de Estados plurinacionais, que, no entanto, secundarizavam, a violência patriarcal ancestral e colonial em suas próprias cosmovisões²².

A própria categoria de território-corpo-terra surge como expressão dessas contradições. Lorena Cabnal relata, em textos e conversas, a grande incongruência que significava lutar por territórios livres da mineração enquanto os corpos das mulheres sofriam inúmeras opressões e violências sexuais por agentes externos e também nos espaços comunitários²³.

Esse é o contexto em que nasce seu entendimento coletivo da recuperação e da defesa do primeiro território que é o território corpo, o corpo-terra, que

22 Isso se expressa, por exemplo, na conceituação do “entronque patriarcal”. Segundo esta visão, a colonização provocou um entronque entre patriarcados, um original e ancestral e um ocidental, branco e cristão. Esse entronque explica sua existência universal e particular no contexto e permite relacionar a forma como a “terra” é compreendida nessa cosmovisão e suas implicações para as mulheres na relação profunda que possuem com ela. Reifica-se a dualidade opressiva que subordina a terra e as mulheres.

23 Em “Defender un territorio de la minería sin defender a las mujeres de la violencia sexual es una incoherencia”(2013). Disponível em:

<https://www.diagonalperiodico.net/global/defender-territorio-la-mineria-sin-defender-cuerpos-mujeres-la-violencia-sexual-es> Acesso em: 10 de julho de 2018.

logo passou de consigna política à uma categoria que permitiria construir e projetar os conteúdos e filosofias do feminismo comunitário territorial²⁴ (Cabnal, 2010, 2013).

Significando corpo e território a partir de seus próprios pensamentos e elaborações conceituais enquanto mulheres Mayas Xinkas²⁵, a construção do corpo-terra e do feminismo comunitário territorial é também um embate antirracista, em que se afirma o lugar dessas mulheres como sujeitos epistêmicos que tecem epistemologias, teorias e metodologias feministas próprias, partindo de seus territórios históricos, os corpos, da descolonização e da liberdade.

24 Nas palavras de Lorena Cabnal: “Viver em um corpo e no espaço territorial comunitário as opressões histórico-estruturais criadas pelos patriarcados sobre minha vida, e igualmente sobre as vidas das mulheres no mundo, me levou a escrever e repensar a história e a cotidianidade que vivo, e assim compartilho alguns dos elementos do feminismo comunitário que ainda está em processo de construção epistêmica, sendo tecido desde este território histórico, meu corpo e sua relação com a terra” (Cabnal, 2010, p. 6, tradução própria).

25 Em que território não pode ser compreendido sem sua cosmovisão e sem a profunda relação cósmica que tem com a terra em seu ser (e não apenas seu “estar”). A proposta do território corpo é coerente, segundo Cabnal (2010), com os lemas “o pessoal é político” e “aquilo que não se nomeia não existe”. Foi necessário ir além desses marcos e afirmar um pensamento próprio, erigido a partir de outra epistemologia. Se o patriarcado surge em sua elaboração como o sistema matriz de todas as opressões, sendo anterior ao processo de colonização, foi através da colonização que se constituíram sujeitos racializados, inaugurando assim o racismo como novo sistema de opressão histórico-estrutural parte do entronque patriarcal. Seu nódulo central estaria na violência epistêmica projetada sobre os povos, desprezando suas histórias, seus saberes e seu pensamento ao negar sua condição de sujeitos.

Cruz (2015) converge com a noção de que o corpo-território surge da necessidade de elaborações, sentidos, termos e nomes que expressem vivências, *senti-pensamentos*, cosmogonias e olhares de mulheres afro-indígenas em Abya Yala, conformando uma epistemologia construída por elas, mas que encontra significado também a partir de outros contextos. Com isso, além de uma consigna política e de conceito em formação, torna-se metodologia de construção coletiva.

Nesse sentido, o corpo-território permite assumir o corpo como uma escala, primeiro território a plasmar opressões e resistências multiescalares. Ele põe ao centro a relação íntima e dialética entre corpos, territórios e comunidades nas vidas de mulheres de Abya Yala, com abordagens de elaboração de conhecimento que se afastam da pretensa neutralidade e da separação entre teoria e prática e embasam propostas cartográficas, como as cartografias e mapeamentos do corpo-território, evidenciando as marcas, dores, alegrias, memórias e insubmissões “encarnadas”.

Essa abordagem também potencializa criações conjuntas de conhecimentos, militâncias e afetos, para “construir pontes” e coletivização, como condição da constituição de nossa posição como sujeitos de ação (Cruz, 2015, p. 2). Por isso, afirmo que, mais que definir a priori a categoria, é necessário atentar ao que ela “traz por detrás”, ao que ela enuncia e denuncia, além da sua potência como

dispositivo que impulsiona mulheres muito diversas a afirmarem saberes e pensamentos críticos erigidos desde suas próprias genealogias e histórias de lutas.

Considerações finais

O corpo-território expressa sentidos, emoções, memórias, insubmissões; é o território histórico das lutas e das existências, dos saberes e dos conhecimentos. Tomado como primeira escala, potencializa nossos mapeamentos, elaborações, cartografias, escutas e “acorpamentos”²⁶. Como conceito, aproxima abordagens que possibilitam leituras dos processos de repatriarcalização em função daqueles de territorialização de megaprojetos extrativistas e da pandemia. Além disso, articula os vários rostos da dominação e, de modo interseccional, evidencia



²⁶ Entendo essa expressão usada muitas vezes por Lorena Cabnal como a conexão afetiva, solidária e irmanada entre nós.

simultaneamente distintas estratégias de coletivização das lutas ao redor da reprodução, da garantia das vidas humanas e não humanas e da conformação de corpos coletivos que sustentam territorialidades de luta pela defesa e pela construção de territórios plurais (Vela-Almeida, 2019).

Portanto, este texto não se trata de uma exposição para aplicar conceitos e abordagens teóricas a distintos contextos, e sim de uma contribuição para “construir pontes” e “acorporar” lutas convergentes e divergentes neste momento em que a gramática do isolamento se anuncia com tanta ambiguidade, assimetria e violência.

Além de refletir sobre como e se as práticas teórico-políticas aqui abordadas dialogam com mulheres organizadas no Brasil e no sudeste do Pará, a seguinte pergunta também se faz importante: como, desde distintas partes e lutas, estamos estruturando sentidos, leituras e enfrentamentos das violências sobre os corpos e os territórios? E mais, como essa produção pode dialogar e contribuir criticamente com as construções em curso em outras partes de Abya Yala, Afroamérica e *latinoamerica* para combater a violência do capital racista, patriarcal e colonial que se perpetua e aprofunda por todo o subcontinente?

Referências

BARROSO, Milena Fernandes. 2017. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. **Argum.** Vitória, v. 9, n. 1, p. 89-102, jan./abr. 2017.

CABNAL, Lorena. 2010. Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: **Feminismos diversos: el feminismo comunitário**. ACSUR – Las Segovias. p. 10 a 25.

_____. 2013. “Defender un territorio de la minería sin defender a las mujeres de la violencia sexual es una incoherencia”. Disponível em: <https://www.diagonalperiodico.net/global/defender-territorio-la-mineria-sin-defender-cuerpos-mujeres-la-violencia-sexual-es> Acesso em: 10 de julho de 2018.

CAROSIO, Alba. 2012. Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe”. In: **Feminismo y Cambio Social en América Latina y el Caribe**. CAROSIO, Alba (Coord.). 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2012, p. 9-18

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. 2014. **La vida en el centro y el crudo bajo tierra: El Yasuní en clave feminista**. Edit. Saramanta Warmikuna. Ecuador, Quito.

_____. 2017. **Mapeando el Cuerpo-Territorio: guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios**. Disponível em: territorioyfeminismos.org.

_____. 2018. (R)epatriarcalización de los Territorios: la lucha de las mujeres y los megaproyectos extractivos. **Ecología Política: cuadernos de debate internacional**. N. 54. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?product=54-ecofeminismos>.

CRUZ, Hernandez, Delmy Tania. 2016. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. In: SOLAR, **Revista de Filosofía iberoamericana** año 12 Vol. 12 – 1. ISSN: 1816-2924.

_____. 2015. “Todos los días mi cuerpo es um território que libra batallas: Dialogando con el concepto cuerpo-territorio”. **Palestra proferida no “Primero Congreso Internacional de Comunalidade”**, Puebla, México.

CRUZ, Delmy Tania. 2020. Feminismos Comunitarios Territoriales de Abya Yala: mujeres organizadas contra las violencias y los despojos. **Revista Estudios Psicosociales Latinoamericanos**. Vol. 3. Dossier Feminismos Latinoamericanos. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344774989_Feminismos_comunitarios_territoriales_de_Abya_Yala_mujeres_organizadas_contra_las_violencias_y_los_despojos.

ESPINOSO-MIÑOSO, Yuderkis. (Coord.) (2010) Prólogo. In: **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la Frontera Pp. 5-12.

PAOLA BOLADOS; CUEVAS, Alejandra Sánchez; ALONSO, Katta; ORELLANA, Carolina; CASTILLO, Alejandra; DAMANN, Maritza. 2018. Ecofeminizar el territorio. La ética del cuidado como estrategia frente a la violencia extractivista entre las Mujeres de Zonas de Sacrificio en Resistencia (Zona central, Chile). **Ecología Política: cuadernos de debate internacional**. N. 54. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?product=54-ecofeminismos>.

GARCÍA-TORRES, Miriam; VÁSQUEZ, Eva; CRUZ, Delmy Tania; JIMENEZ, Manuel Bayon. 2020. Extractivismo y (re)patriarcalización de los territorios. In: **Cuerpos, territorios y feminismos: compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas**. Cruz Hernandez, Delmy Tania y Jimenez Bayon, Manuel (orgs). Del Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo y Grupo de Trabajo de Clacso “Cuerpos, territorios y feminismos”. Bajo Tierra ediciones. P. 23 – 45.

GARGALLO, Francesca. 2013. **Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos em nuestra America**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: América Libre, 2013. 420 p.

Guzmán, Adriana. 2020. Exposição Oral. “Diálogos Com-juntas: violências de gênero y otras pandemias”, no dia 23 de novembro, organizado pelo Comitê Impulsor Campanha Permanente Mulher Sem Violências, de Colômbia, em: [@mujersinviolencias](#) (página no Facebook)

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Agosto, nº 2 (4), vol. 1, 2007

LAÓ-MONTES, Augustín. **Contrapunteos Diaspóricos: Cartografías Políticas de Nuestra Afroamérica**. No prelo. 361 p., s/d.

MACHADO ARAÓZ, Horacio (2014) “Territorios y cuerpos en disputa: Extractivismo minero y ecología política de las emociones” en: **INTERSTÍCIOS. Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, vol.8 (1).

MILITIVA, 2018. Militiva – Enfrentamentos aos Racismos pelos Olhares das Mulheres. Uma cartografia feminista sobre violações e resistências na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Disponível em: www.militiva.org.br

SVAMPA, Maristella. “Consenso de los commodities en la megaminería”. **America Latina en Movimiento**. Marzo, ano XXXVI, II época, 473, 2012. p. 5-8.

SVAMPA, Maristella. 2011. Modelo de desarrollo y cuestión ambiental en América Latina: categorías y escenarios en disputa. In: **El desarrollo in cuestión: reflexiones desde América Latina**. (coord.. Fernanda Wanderley). CIDES/UMSA.

ULLOA, Astrid. 2016. Feminismos territoriales em América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **Nomadas**. N. 45. Universidad Central – Colombia.

VAINER, Carlos B. 2007. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: os Desafios da Fragmentação. **R.B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 9., n.1 / Maio.

VÁZQUEZ, Eva (2017) “Repatriarcalización de los territorios por actividades extractivas. Salud colectiva, feminismo y ecología política” **Jornadas Feministas Flacso**. Disponível em: <https://investigacionpsicosocial.files.wordpress.com/2017/03/ponencia-repatriarcalizacic3b3n-territorios.pdf> Acesso em: 18 de julho de 2017.

VELA-ALMEIDA, Diana; ZARAGOCÍN, Sofía; BAYÓN, Manuel; ARRAZOLA, Iñigo. 2020. Imaginando territorios plurales de vida: una lectura feminista de las resistencias en los movimientos socio-territoriales en el Ecuador. **Journal of Latin American Geography**, Vol. 19, n. 2, pp. 87-109

VENEGAS, Melissa Moreano; TEIJINGEN, Karollen van; ZARAGOCÍN, Sofía. 2018. El sujeto colectivo en la defensa territorial en Ecuador. **Dossier: violencias contra líderes y lideresas defensores del territorio y el ambiente en América Latina**. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol50-issue4/Dossier-4.pdf>.

ZARAGOCÍN, Sofía (2016) “Interseccionalidad en el espacio”. Em: **Escuelas de Estudios de Género**. Universidad Nacional de Colombia. Mayo 2016. Pp. 30-40.





A acumulação capitalista na Amazônia: uma abordagem a partir dos grandes projetos*

* Artigo gerado e com trechos e entrevistas reproduzidos a partir do Trabalho de Conclusão de Curso de Iara Fernandes dos Reis (REIS, 2014).

Celia Regina Congilio¹
Iara Fernandes dos Reis²

Introdução

Presume-se que nenhum outro lugar no globo terrestre seja tão fundamental para a existência humana quanto a região amazônica. Nela são encontradas as maiores florestas tropicais e a maior biodiversidade do planeta, comportando quase um terço de todas as espécies de seres vivos existentes e um quarto de toda a água doce da Terra. Humanamente, seu território abriga inúmeras formas de vida com práticas extrativistas, tais como populações indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, entre outras. Desde os primórdios coloniais, passou por toda sorte de saques violentos. Todavia, nas últimas décadas, a região tem experimentado frequentes ameaças,

1 Profa. Dra. do Instituto de Ciências Humanas/PDTSA/FACSAT, da UNIFESSPA, membro fundadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GEPEMSSP) e do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), da PUC-SP.

2 Socióloga e pesquisadora do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) à época da pesquisa (2012 a 2104) e atualmente da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Projeto Mineração e Impacto Socioambiental, coordenado pelo Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM).



conflitos e degradação socioambiental. Em termos históricos, podemos dizer que o marco para as transformações que têm se dado neste último ciclo foi o discurso de 10 de outubro de 1940 do então presidente Getúlio Vargas, conforme trecho a seguir:

[...] Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócios, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e seus capitais (BRASIL apud HÉBETTE, 2004, p. 31)

Desde então, parece ser uma das maiores estratégias da ideologia do desenvolvimento: frisar que a Amazônia representa um vazio demográfico, em contrapartida às suas riquezas, tidas como infinitas. Isso permitiria sua exploração ao sabor das pretensões de grandes empresas que aqui se estabeleceram a partir da metade do século XX. Neste contexto, a manifestação mais nítida dessas mudanças foi a implantação de grandes projetos para a acumulação capitalista nas últimas décadas do século passado. Vejamos a seguir o que define os projetos mencionados (De Paula, 2013, p. 89):

Resumidamente, denominamos como “grande projeto” a objetivação dos empreendimentos do capital em seu conjunto e o modo como se territorializam em múltiplas escalas. Da intensificação da exploração dos bens naturais e construção de infraestruturas correspondente, até aqueles voltados para as obras de re-urbanização [...].

Além dessa expressão material, o grande projeto envolve outras dimensões objetivas voltadas para as necessárias adaptações nas formas de dominação e construção de “consenso ativo” em torno da hegemonia burguesa.

Dentre estes grandes projetos está o Programa Grande Carajás (PGC), que foi criado para a exploração de minério de ferro em Carajás, no sudeste do Pará. Ao longo do tempo, muitos conflitos e contradições têm sido recorrentes em virtude da sua implantação e da sua expansão. Os diferentes governos, desde a ditadura militar até os dias de hoje, sempre estiveram voltados para essa região, com ações para estabelecer infraestruturas, disponibilizar financiamentos e incentivos fiscais para grandes empresas que se interessem em explorar os recursos naturais nela existentes ou implantar projetos agropecuários e agroindustriais.

Nesse contexto, surge o PGC, um projeto de exploração mineral da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada em 1996, em plena e lucrativa produção. A partir daí, passou a se chamar apenas Vale S.A. Hoje,

com práticas de muita violência contra as populações locais, a empresa é uma das maiores mineradoras de minério de ferro do mundo. Também produz manganês, cobre, bauxita, potássio, caulim, alumina e alumínio.

O PGC referido foi planejado pela CVRD com apoio de outros órgãos e agências (como a Japan International Cooperation Agency, JICA). A partir do ano de 1979, foi apresentada a primeira versão do projeto, amplamente divulgada às esferas internacionais com finalidade de atrair investidores estrangeiros interessados nos incentivos decretados pelo governo brasileiro. Com o intuito de explorar o potencial de riquezas naturais e implantar infraestruturas na região denominada Carajás, em 15 de outubro de 1980, foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e pela Presidência da República a exposição de motivos CDE nº 50/80, de Declaração de Prioridade do Projeto Ferro Carajás. Assim, o governo cria o Programa Grande Carajás (TEIXEIRA, 2006, p. 313).

É importante mostrar o que representou e o que ainda representa o PGC para as regiões sul e sudeste do Pará. Para tanto, é necessário buscar elucidacões sobre o referido contexto, com foco na integração da Amazônia ao plano mundial, e avaliar as implicações desse modelo para as populações existentes³.

A criação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), em 1984, que teve por

³ Ver, por exemplo, os quatro substanciosos volumes de Hébette (2004).

objetivo principal dar suporte energético aos grandes projetos, é um claro exemplo da violência praticada contra as populações locais, as quais tiveram que se dispersar por vários municípios da região. Por conta desses percalços, o empreendimento é entendido pelos atingidos não como desenvolvimento, e sim como fator preponderante para desarranjos e retrocessos, a exemplo da expropriação de camponeses e pescadores ou da extinção da flora e fauna diversificadas, que as gerações futuras jamais conhecerão.

Em 2017, uma equipe de pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GEPEMSSP) organizou uma oficina com antigos moradores no município de Jacundá-PA, para onde foi removida parte da população que morava na região tomada pelo lago da barragem. Em pesquisa financiada pela Capes⁴, reunimos, em uma roda de conversa, cerca de quinze antigos moradores da área alagada. Eles relataram experiências e fizeram desenhos coletivos sobre a antiga vida no lugar. Segue um pequeno trecho descrito por Silva e Congilio (2018):

⁴ Projeto interinstitucional *As lutas dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país*, aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e coordenado pelo Prof. Dr. Henri Acelrad, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Grande parte dos documentos sobre a construção da UHT foi obtida em acervo do CEPASP.

Em mais de 30 anos depois de criada a usina, que destino teria sido dado aos filhos dos atingidos, especialmente de pescadores e ribeirinhos? Estudaram? Em que trabalham? Encontramos as respostas num bairro periférico de Jacundá, por ironia, chamado Eletronorte, e para onde foram removidas tardiamente as famílias mais simples, depois de anos de lutas. Nesse bairro encontramos poucas pessoas que eram jovens à época da inundação. O bairro, com casas ainda de madeira e minúsculas, com ruas sem asfalto e esgoto a céu aberto, foi formado pela Eletronorte para abrigar as famílias anos depois de serem despejadas. Em grande parte, é habitado por idosos, uma vez que os filhos saíram pelo mundo em busca de trabalhos nas fazendas, nas madeireiras ou em outros empregos precários. Poucos, segundo relato dos pais, conseguiram concluir os estudos para além do fundamental, muitas vezes incompleto. Uma moradora, já sexagenária, se sensibiliza ao lembrar como chegou a Nova Jacundá: “lavei roupa dos outros pra alimentar meus filhos”. Nesse momento ela se emociona e chora; nós a abraçamos e encerramos a entrevista. Ela refeita, continuamos uma conversa apenas informal, acolhidas com água fresca em sua casa simples, onde agora vive só.

Mais recentemente, no início do século XXI, novos projetos e arranjos políticos e econômicos têm sido empreendidos para a ampliação da exploração

econômica de recursos naturais. Em um contexto estendido, está o Projeto S11D, ampliação da mineração de ferro no núcleo do PGC. Vejamos a seguir de forma mais detalhada alguns elementos desse projeto, localizado na parte Sul da Floresta Nacional de Carajás, situada entre os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás. A área onde o PGC foi instalado é de 411.949 hectares, transformada em Floresta Nacional pelo decreto nº 2.486 de 02/02/1998. Desde 1985, a área já pertencia à CVRD, por força de um decreto do Congresso Nacional que havia feito a concessão.

O S11D faz parte do complexo minerário da Serra Sul, formado por uma cadeia de montanhas de 120 km de extensão, com jazidas a serem exploradas. Ele é apenas a 11ª jazida, e, dividido em quatro blocos – A, B, C e D –, é considerado, até hoje, o maior projeto da Vale, considerando-se os cinco continentes onde a empresa atua. No ano de 2020, a mineradora informou que seu conselho de administração aprovou a implantação do Projeto Serra Sul 120, que consiste no aumento da capacidade de produção de minério de ferro do S11D em 20 milhões de toneladas ao ano, com investimentos plurianuais de US\$ 1,5 bilhão (aproximadamente R\$ 7,5 bilhões). Segundo a Vale, o S11D passará a ter capacidade de produção de 120 milhões de toneladas de minério ao ano, e o *startup* é esperado para o primeiro semestre de 2024.

De acordo com a mesma fonte, a expansão da lavra S11D supõe a abertura

de novas áreas, a duplicação do transportador de correia de longa distância (TCLD), a implantação de novas linhas de beneficiamento na usina, a ampliação das áreas de estocagem, entre outras ações. Ainda, conforme a empresa, o projeto antecipará investimentos em mina-usina que, ao lado da solução logística em desenvolvimento, visam incrementar a capacidade total do Sistema Norte, onde está a Serra de Carajás, para 260 milhões de toneladas ao ano (SAMORA, 2020).

“É um empreendimento que integra produtividade com respeito pelas pessoas e tecnologia com inteligência ambiental”, apregoa a Vale em seu canal de comunicação. Mas vejamos a realidade por intermédio de uma vila que foi violentamente destruída pelo empreendimento.

Racha Placa, uma vila destruída

A Vila Mozartinópolis era uma vila rural situada no município de Canaã dos Carajás, surgida em 1978 em decorrência de uma ocupação de fazendeiros e pequenos proprietários de terra na região próxima à atual área ocupada. A Vila já se chamou Bom Jardim do Pará, mas, após consenso entre alguns moradores, teve seu nome alterado. O novo nome escolhido advém de uma homenagem a

um antigo funcionário da então Companhia Vale do Rio Doce, conhecido como Mozart, que prestava “favores” à comunidade.

Segundo um antigo habitante, esse funcionário ocupava um cargo do alto escalão da empresa e prestava “favores despretensiosos” constantemente aos moradores da Vila. Dentre eles, é possível citar doação de combustíveis e caronas quando as pessoas queriam se deslocar para o centro de Canaã dos Carajás ou outras localidades próximas. Mas o que foi considerado um dos maiores favores prestados foi a doação de algumas madeiras pela empresa, quando esta desativou a Vila N5⁵. Entretanto, os “esforços” da Vale do Rio Doce em manter um vínculo com os moradores foram estremecidos quando, aos poucos, foram se evidenciando os verdadeiros propósitos pelo qual a mineradora tinha se aproximado dos habitantes da localidade que viria a ser conhecida como Vila Racha Placa.

A mudança do nome aconteceu quando se iniciaram as primeiras proibições impostas pela Vale para a população da Vila. Dentre elas, um ponto em especial chamou a atenção e irritou os moradores: uma placa proibindo as atividades de caça e pesca no caminho que dava acesso ao local da Vila. Para os moradores, isso era algo inconcebível, uma vez que se tratava de uma vila rural, onde as

⁵ Primeiro bairro construído na cidade planejada da Serra dos Carajás.

peessoas tinham em sua cultura a pesca e a caça, práticas comuns entre os camponeses. Na época havia uma fauna diversificada e abundante na região. A população revoltada com a proibição rachou a placa com um machado, e assim foi batizada a Vila de Racha Placa.

A população da Vila era formada basicamente por famílias de colonos que trabalhavam nas fazendas localizadas em seu entorno ou em suas propriedades. Era a vila mais afastada do centro urbano de Canaã, a 65 km de distância, no extremo oeste do município, perto do limite com Água Azul do Norte. A Vila possuía acesso por estradas rurais VS ou vicinais⁶ construídas pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) na década de 1980 e ficava próxima da Serra Sul, formação situada na unidade de conservação da Floresta Nacional de Carajás.

A distância da Vila até a área destinada à implantação do S11D da Vale era de aproximadamente 2 km. Na área do projeto ocorreria a exploração de minério de ferro, e, para sua viabilização, foram feitas aquisições de fazendas próximas pela empresa. Com isso, a introdução do projeto teve influência direta na vida das famílias que possuíam vínculos empregatícios e de geração de

⁶ Estrada consideradas de caráter secundário, na maioria das vezes municipais. Em geral, não dispõem de asfaltamento, sendo muitas vezes intrafegáveis em determinadas épocas do ano.

renda com essas propriedades. Até o início da intervenção da empresa, a Vila possuía em torno de 600 habitantes. Esse número foi sendo gradativamente reduzido pela expropriação das terras no local.

A Vila contava com uma boa infraestrutura: energia, água encanada em todas as residências, posto de saúde, posto da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), posto telefônico, três igrejas, comércios, hotel, transporte, centro comunitário, escola de ensinos fundamental e médio (modular) e quadra esportiva. Tudo isso conquistado através de grande esforço e organização por parte de seus moradores.

A rotina dos habitantes alternava-se entre a moradia na Vila e o trabalho nos lotes. A localidade era vista como um paraíso pelos moradores. A água consumida pela comunidade escorria da Serra Sul por gravidade e era até então considerada de excelente qualidade. O índice de violência era praticamente nulo, talvez pela localização da Vila à uma distância considerável do centro urbano e por existir uma boa relação entre os moradores. Existiam entre eles fortes laços de amizade, parentesco e compadrio. A comunidade tinha uma organização social ativa, com suas festas tradicionais e práticas religiosas e esportivas, envolvendo principalmente a juventude do local e região. Algumas mulheres produziam peças artesanais e grupos levavam sua produção agrícola para ser comercializada na feira do centro de Canaã dos Carajás.

Uma das primeiras estratégias da mineradora, a partir do ano de 2008, foi a compra de todas as fazendas do entorno da Vila. Para atrair o interesse dos fazendeiros, ela superfaturou o preço da terra: enquanto o alqueire de terra no mercado local era vendido, em média, a R\$ 30 mil, a empresa pagou aos fazendeiros o valor de R\$ 70 mil, adquirindo assim milhares de hectares em volta da Vila. Destaca-se ainda que grande parte das terras compradas pela Vale eram terras públicas da União, pagas a particulares, mas o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nada fez para impedir essa situação.

A empresa impôs aos fazendeiros, com o valor superfaturado de suas terras, a inclusão de algumas exigências. Dentre elas, pode-se destacar a de que eles vendessem também as residências e casas de comércio que possuíam na Vila. O acordo obrigava esses proprietários a destruírem esse patrimônio tão logo o contrato de venda da terra fosse assinado. Dessa forma, as melhores residências foram automaticamente destruídas. Quem visitou a Vila nesse período teve a impressão de que havia acontecido um terremoto:

Ah! Teve uma grande influência da seguinte maneira: com a aquisição dessas terras por parte da empresa, o trabalhador rural, aquele trabalhador braçal, né? Que prestava serviços, né? Eles ficaram sem os serviços. Porque o proprietário vendeu a sua propriedade e foi embora, né? Então foi mais um desemprego

que ficou na região, e o povo ocupando o espaço da Vila sem opção de serviços, né? (Morador entrevistado por Iara Fernandes dos Reis em 08/09/2013).

No início da intervenção da Vale, havia cerca de 60 famílias que moravam de aluguel e prestavam alguns serviços, trabalhando nas fazendas do entorno. Com a compra dessas fazendas, elas ficaram impossibilitadas de trabalhar, e muitas passaram a enfrentar situação de extrema pobreza. Para forçar a saída dessas e de outras famílias proprietárias de casas mais simples, a Vale contratou uma empresa, a Diagonal Urbana⁷, que fez o cadastramento e a avaliação das benfeitorias realizadas nas habitações dos moradores.

Comparando os valores ofertados aos fazendeiros com aqueles oferecidos às famílias pobres da Vila, que variou entre R\$ 10 mil a R\$ 12 mil por alqueire, percebe-se uma discrepância absurda, sendo essa diferença válida tanto para a compra das casas quanto dos lotes dos agricultores. Em entrevistas, alguns moradores ressaltaram que os que negociaram no início até conseguiram comprar alguma casa na periferia de Canaã. Acontece que com a propaganda da empresa dos milhares de empregos, o fluxo migratório, principalmente para a zona urbana de Canaã dos Carajás, tornou-se intenso. Atualmente, com o

⁷ Empresa terceirizada, prestadora de serviço para a mineradora Vale. Realiza levantamentos socioeconômicos.

montante pago pela mineradora, não seria possível comprar outro lote nem mesmo na periferia de Canaã, pois, por conta da especulação, o valor dos imóveis subiu consideravelmente de R\$ 30 mil para mais de R\$ 70 mil.

Os primeiros que fizeram é... Venderam e que soube aplicar o dinheiro, teve um bom resultado, porque comprou na época. Foi pra cidade, comprou um lote e deu de construir uma casinha, porque não evoluiu tanto, mas, a partir que a cidade... Fez um inchaço na cidade, que levou... Cresceu a cidade. Hoje quem vendeu naquela época não compra o que compra hoje. Mesmo que ficar aqui e que vender não dá de comprar uma casa no Centro, do valor que está (Morador entrevistado por Iara Fernandes dos Reis em 07/09/2013).

A pressão psicológica foi outra estratégia muito utilizada pela Vale para obrigar as famílias a aceitarem os valores propostos por ela. Funcionários da empresa terceirizada Diagonal, contratada pela mineradora especialmente para esse serviço, foram muito bem treinados e tinham discursos prontos com alto poder de persuasão. Eles passaram a visitar diariamente cada morador, fazendo pressão para que aceitassem as quantias sem questionamentos. Faziam afirmações como: “[...] para cá vão vir muitos homens, e as filhas de vocês poderão cair na prostituição. Se vocês não aceitarem essa proposta, a empresa não vai

fazer outra. A partir desta data (ano de 2008), vocês não podem mais construir nem fazer mudanças nas casas. Caso não aceitem negociar, depositaremos o valor em juízo”⁸. Tudo isso aconteceu com a conivência do poder público municipal, inclusive no corte dos serviços públicos obrigatórios.

Olha, isso daí... Eles são muito peritos pra fazer isso! Eles têm umas equipes de pessoas formadas psicólogos aí... Que eles vêm, martelam hoje e não conseguem. Amanhã eles cansam e mandam uma outra equipe. E a gente só é um, e a gente vai até que acaba cedendo, né? Com esse *sedimento*, eles acham que preferem gastar uma vultosa quantia com as pessoas pra iludir outros e não pagar aquilo que realmente a gente acha que é justo, pela vida que a gente tem aqui (Moradora entrevistada por Iara Fernandes dos Reis em 08/09/2013).

Segundo um morador, ao ser questionado sobre o porquê da suspensão dos serviços básicos oferecidos pela prefeitura, um trabalhador da mineradora

⁸ Trechos de entrevistas feitas por Iara Fernandes dos Reis em uma reunião com os moradores da Vila Mozartinópolis em 2008.

respondeu: “O Racha Placa não existe mais.”⁹ A 4ª Unidade Regional de Ensino do Estado do Pará (URE) retirou o modular, que facilitava a vida dos alunos do ensino médio, evitando que estes viajassem cerca de 40 km até a escola mais próxima. Outros serviços importantes para a comunidade também foram desligados, como um posto da ADEPARÁ e o posto de saúde, bem como igrejas, que foram desativadas e demolidas. De acordo com uma moradora da Vila, a sensação era de total abandono por parte do poder público municipal. Além disso, os moradores ainda sofriam pressão psicológica por parte da Vale.

Eles falavam assim: que, se a pessoa não pegasse aqui tanto, que a pessoa ia sair sem nada. Ou era aquele tanto, ou então era nada. Porque a Vale ia tirar de qualquer maneira. Ou então que a pessoa ia ficar sozinha aqui no meio do mato, que eles iam comprar o resto e a pessoa ia ficar aqui abandonada (Moradora entrevistada por Lara Fernandes dos Reis em 08/09/2013).

De acordo com Brandão (2010), os métodos utilizados pelo capital são diversos e nada deixam a desejar por sua violência àqueles descritos por Marx

⁹ Fala de um representante da prefeitura de Canaã dos Carajás em 2010, durante reunião com representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a participação de Lara Fernandes dos Reis.

(1989), durante o processo de acumulação primitiva, quando da expansão do capitalismo, na primeira metade do século XIX: expropriação e supressão de camponeses, de atividades domésticas e de produções e distribuições solidárias; geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade; subterfúgios e mecanismos de exploração (territorial, de classe, de atributos naturais etc.); e uso do território e de seus recursos minerais, água, solo, mata e energia até que sejam exauridos.

A empresa atuou de todas as formas – política, econômica e psicologicamente – para desestabilizar os moradores da Vila Racha Placa para que assim pudesse agir livremente nas áreas de seu interesse:

Olha, ela influenciou de uma maneira prejudicial todo tipo de atividade comercial aqui, de uma pessoa que tinha um comércio maiorzinho como o meu até que vendia... [...] O trabalhador que trabalhava limpando os pastos, roçando os pastos teve seu trabalho... Não teve mais seu trabalho. O vaqueiro que tirava o leite também não. O fazedor de cerca, o que trabalhava numa outra atividade, num trator, numa máquina também não. [...] Aquela turma que compra no comércio foi ficando sem trabalho e tendo que ir buscar trabalho longe. [...] Daí influenciou todos de uma forma negativa, de uma forma geral (Morador entrevistado por Lara Fernandes dos Reis em 07/09/2013).

Além da desestruturação da Vila, nem mesmo alguns acordos firmados com os moradores em reuniões foram cumpridos, como explicou um deles:

Olha, tem o grupo da terra, tem o grupo dos comerciantes e tem o dos funcionários públicos e tem esse que eles apelidaram de “casos pendentes”, que eles nunca assumiram. Toda reunião que nós temos com eles, falamos a respeito dessas pessoas. Eles vão jogando pra frente, vão se descompromissando, eles não têm... Não sei o que será dessas pessoas, porque são pessoas sem condições financeiras, são pessoas, como eu já falei, sem nenhum estudo, né? São pessoas que não têm profissões, mas são gente. São gente, né? E eles sempre sobreviveram antes da empresa, eles sempre sobreviveram bem, nunca vi aqui ninguém pedindo nada a ninguém, nunca vi ninguém depender de uma cesta básica de ninguém, porque todos trabalhavam, tinha serviço, todos trabalhavam, todos adquiriam o seu pão (Morador entrevistado por Iara Fernandes dos Reis em 08/09/2013).

A estratégia da Vale foi negociar individualmente com as famílias, criando assim um clima de hostilidade na Vila. Com isso, acabou abandonando o acordo inicial coletivo e, conseqüentemente, foi removendo mais famílias do local e isolando as que resistiam. De acordo com um morador:

[...] a Vale adoeceu todo mundo aqui dentro da vila. A pessoa aqui que não tá depressiva, ele tá alcoólatra, ele tá doente... De uma forma ou de outra, ele tá doente. Então, aquilo que eu falei anteriormente, a Dona Creusa esses dias mais a Sandra, que tem um comerciozinho ali, elas chegaram elas duas aqui e se abraçaram e choraram. Minha mulher tentou conversar com elas. A Dona Creusa falando: “Eu não sei mais o que fazer. Porque a gente tá numa situação como uma canoa paralisada num lago, que não tem corredeira pra ir nem pra um lugar e nem pra outro. Aquilo ali pra onde o vento tocar... A gente não sabe pra onde vai, o que a gente vai fazer.” [...] A gente não tá aqui pra ficar o resto da vida à mercê da Vale aqui, não... Nós precisamos de dar continuidade às nossas vidas hoje e planejar alguma coisa pro futuro aí. Ninguém pode ficar aqui o tempo todo, porque não dá... Já vai quatro anos aí... Que esse povo tão aí e... Durante esse tempo, eles têm causado muito dano à população aqui, ó! Mas muito mesmo! (Morador entrevistado por Iara Fernandes dos Reis em 07/09/2013).

Diante desses percalços, as famílias chegaram a tomar uma medida mais radical e ocuparam em 2011 a estrada que dava acesso ao projeto S11D, interditando a passagem de cerca de 600 funcionários de terceirizadas (empresas contratadas) pela Vale para serviços de infraestrutura necessários à implantação

do projeto. A mineradora havia feito um acordo de pagamento mensal indenizatório às famílias até que fossem assentadas em terreno com infraestrutura rural, a ser preparada pela própria empresa. Uma moradora explica por que interditaram a estrada:

Foi porque eles atrasaram o salário nosso. Porque, de três em três meses, eles pagam esse salário. Já *tava* há quase quatro meses atrasado, e eles não pagavam. E também por causa do prazo do documento rural, que eles deram um prazo lá... E nunca tinha nem feito nada, nada, nada na terra. Simplesmente compraram a terra, e ficaram lá os guardas deles... E a gente não podia entrar, que os guardas barravam a gente, que a terra era da Vale. E aí nós fechamos a estrada pra poder ver se eles agiam, né? Aí nós ficamos não sei se foi três ou foi quatro dias com a estrada fechada. Aí eles pagaram. Saiu o pagamento, e, de lá pra cá, não atrasaram mais, não. Porque, com o fechamento da estrada, eles disseram que tiveram muitos prejuízos pra eles. Os homens parados, mas tinha que pagar (Moradora entrevistada por Iara Fernandes dos Reis em 08/09/2013).

Durante os dias de ocupação da estrada pelos moradores, a Vale enviou alguns de seus representantes e acionou a polícia, que agiu com violência

contra os manifestantes. Quem foi considerado liderança sofreu sanções por parte da empresa, com processos judiciais que proibiam quaisquer tipos de manifestações nas proximidades do projeto. Alguns foram punidos com ação judicial interditoria, que os obrigava a manter uma distância mínima de 200 metros de qualquer empreendimento da mineradora.

Para a Vale, em muitos empreendimentos na região, compensa mais barganhar com juízes, pagar advogados e políticos locais e fazer uso de outras estratégias do que honrar seus compromissos diante das populações atingidas direta e indiretamente pelos seus lucrativos negócios. Os projetos de mineração existentes no Sul e no Sudeste do Pará pouco ou quase nada contribuem para o desenvolvimento humano dessa região. Pelo contrário, trazem consigo contradições imensas no que diz respeito aos direitos de bem-estar social, deixando esses sujeitos sem muitas perspectivas.

Considerações finais

No passado, era recorrente o discurso de que a Amazônia era um espaço vazio, desestruturado e “incivilizado”. Sem dúvida esse enunciado é válido se considerarmos a ausência de estruturas estatais nos diversos municípios e

comunidades nela existentes. A forte atuação do Estado na região não tem por finalidade atender às necessidades do povo, mas tão somente garantir o desenvolvimento e a expansão das empresas. Desde sua “ocupação” a partir da política do governo militar até os dias atuais, a presença do Estado na região é inquestionável, mas suas políticas se voltam para proteger e garantir os interesses de expansão capitalista na área.

Porém, é inegável sua omissão quando o que está em questão são os interesses dos que vêm sendo historicamente excluídos por políticas implantadas pelos governos deste país ao longo de sua história. É importante lembrar que estes mesmos grupos políticos que excluem a classe trabalhadora a procuram quando o que está em pauta é manter sua hegemonia no poder, seja pela força bruta, como nas ditaduras, ou pelo convencimento do voto (aliciado pelo poder econômico e pelas grandes fortunas utilizadas em espaços midiáticos), em épocas ditas democráticas.

Os grandes projetos implantados nas regiões sul e sudeste do Pará, como a criação de bovinos, a mineração, a siderurgia, a monocultura e as hidrelétricas, podem ser considerados projetos de negação, por negarem o direito de permanência de vidas que já existiam antes de sua instalação. Com a chegada destas empresas, são eliminadas culturas de produção familiar agrícola que garantem a produção de alimentos dos centros urbanos próximos. Também são dispersas

etnias indígenas e comunidades pesqueiras ribeirinhas. Essas novas formas de ocupação territorial consideram as já existentes como “obsoletas”, e as populações são forçadas a outro grau de (in)civilidade sem o direito de questionar.

O que aparece, neste artigo, como uma pequena vila destrocada é o retrato de um mesmo método aplicado, com diferenças mínimas, nos lugares onde grandes empresas de mineração atuam, no caso do sudeste paraense, em especial a Vale S.A. Elas desestruturam as comunidades no entorno de seus projetos, isolam as famílias de agricultores e desativam os poucos serviços públicos existentes, ou seja, fazem um cerco para que os moradores fiquem em um estado de vulnerabilidade tão grande que cedam às parcas negociações que realizam, sem saber ao certo o futuro que lhes aguarda.

É necessário que nos questionemos se há verdadeiramente necessidade de sacrificar vidas em nome de um “desenvolvimento” que, ao contrário do que é propagado, intensifica a destruição. Qual legado ambiental, político, social e cultural estamos delegando às gerações futuras? Continuaremos passivos aos constantes pactos de hipocrisia entre grandes corporações e Estado em nome de desenvolver regiões ditas “atrasadas”? Comunidades inteiras ainda serão dizimadas, como é o caso da Vila Racha Placa? Seremos capazes algum dia de sair de nossa zona de conforto ou simplesmente continuaremos a fazer ações paliativas, em um processo de naturalização de toda essa violência?

Ressaltamos que não é possível exaurir a temática posta em discussão nas poucas linhas deste artigo. Faz-se necessário o prolongamento das reflexões e ideias, e é de nosso interesse que se continue a discutir o tema e a aprofundar as diversas questões que foram aqui colocadas.

Referências

BRANDÃO, Carlos. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Editora Lamparina, Rio de Janeiro: 2010.

DE PAULA, Elder Andrade. O Grande projeto: quando destruição/conservação convertem-se em “oportunidades de negócios”. In: **COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: Conflitos no campo – Brasil 2012**. Goiânia: CPT, 2013.

HÉBETTE, Jean. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. In: MARX, Karl. **O Capital**. Lv. I, Vol. 2, 72 12ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará**. 2008. 100f. Monografia (História) – Universidade Federal do Pará, Marabá, 2008.

SAMORA, Roberto. Vale aprova expansão do complexo S11D e investirá US 15 bi. In: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/08/13/Vale-aprova-expansao-do-complexo-s11d-e-investira-us15-bi.ghtml> (acessado em 03/11/2020).

SILVA, Alana P.; CONGILIO, Celia. R. . Reflexos Sociopolíticos Contemporâneos na Conformação do Município de Jacundá-PA a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: **VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em Questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro**, 2019, Florianópolis. Anais do VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em Questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro, 2018. p. 244-255.

TEIXEIRA, João Batista G. A Nova Amazônia Mineração. In: BEISIEGEL, Vanderlei de Rui; TEIXEIRA, João Batista G. (Org.). **Carajás Geologia e Ocupação Humana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006. TEIXEIRA, João Batista G. A Nova Amazônia Mineração. In: BEISIEGEL, Vanderlei de Rui; TEIXEIRA, João Batista G. (Org.). **Carajás Geologia e Ocupação Humana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.



Mulheres amazônidas, difíceis territorialidades em tempos de crise pandêmica: um exercício de cartografia



Rosemayre Lima Bezerra¹
Ailce Margarida Negreiros Alves²

Introdução

Esta cartografia tem como desafio problematizar e refletir sobre o atual cenário em que vivem as mulheres amazônidas do sudeste do Pará, em meio a tensões provocadas pela ampliação da exploração na província mineral de Carajás, que tem à frente a empresa Vale S.A. Observa-se que esse quadro foi agravado por um dos maiores períodos de dificuldade já atravessados pela humanidade. A atual crise econômica, sanitária e ambiental reflete, sem dúvida, mais fortemente na vida e nos corpos das mulheres.

Dessa forma, esta escrita tem a responsabilidade de revelar, de forma reflexiva, situações e condições vivenciadas por mulheres em territórios atingidos por megaempreendimentos, especialmente a mineração. Os territórios de onde falam as mulheres apresentam configurações diversas, dadas suas

¹ Mestra em Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia. Educadora e Consultora do Inesc.

² Mestra em Ciências Sociais pela EHESS, Paris-Fr. Professora da UNIFESSPA, Faculdade de Educação do Campo.

especificidades étnicas, sociais e culturais, e representam, portanto, uma heterogeneidade de formas e processos próprios da produção social de sua gente.

Os debates foram provocados a partir de temas-chaves, em quatro *lives*, entre os meses de agosto e outubro de 2020. As temáticas foram: “Mulheres amazônidas: a defesa dos territórios em tempos de crise”; “De que lado que a corda arrebenta: os recursos da mineração e as desigualdades em tempos de pandemia”; “Territórios camponeses frente à mineração: olhares sobre a questão fundiária”; e “Corpos-territórios e a luta no sudeste do Pará”, debate epistemológico que finalizou esse ciclo. Foram organizados espaços de escuta das mulheres desde seus territórios, afetados não só pela mineração. Em tempos de crise, a situação também foi agravada pela pandemia da Covid-19. São mulheres-lideranças à frente de processos de resistência, produzindo e cuidando da vida, que são cotidianamente atingidas e, portanto, têm seus corpos expostos a todo tipo de violência, como a negação do direito de ter seus territórios assegurados, principal condição de sustentação da vida.

Neste sentido, ouvimos mulheres que produzem múltiplas territorialidades no sudeste do Pará. São representantes de diferentes conformações territoriais e, portanto, socioculturais: mulheres acampadas (Eduardo Galeano e Planalto da Serra Dourada), de Canaã dos Carajás; quebradeiras de coco da região dos cocais do Regional Pará do Movimento Interestadual das Quebradeiras



de Coco Babaçu (MIQCB), de São Domingos do Araguaia; moradoras do núcleo urbano e do Assentamento Palmares II, de Parauapebas; e assentadas do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Porto Seguro, em Marabá, e do Projeto de Assentamento Agro Extrativista Praia Alta Piranheira, de Nova Ipixuna. Por fim, ouvimos sobre os Assentamentos Campos Altos e Tucumã, de Ourilândia do Norte. Ouvimos também mulheres da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e da Universidade Estadual do Pará (UEPA) que atuam na assessoria e em pesquisas nesses territórios. A Figura 01 mostra o Mapa dos Territórios de pertencimento das mulheres que participaram do circuito de *lives* promovido pelo Inesc.



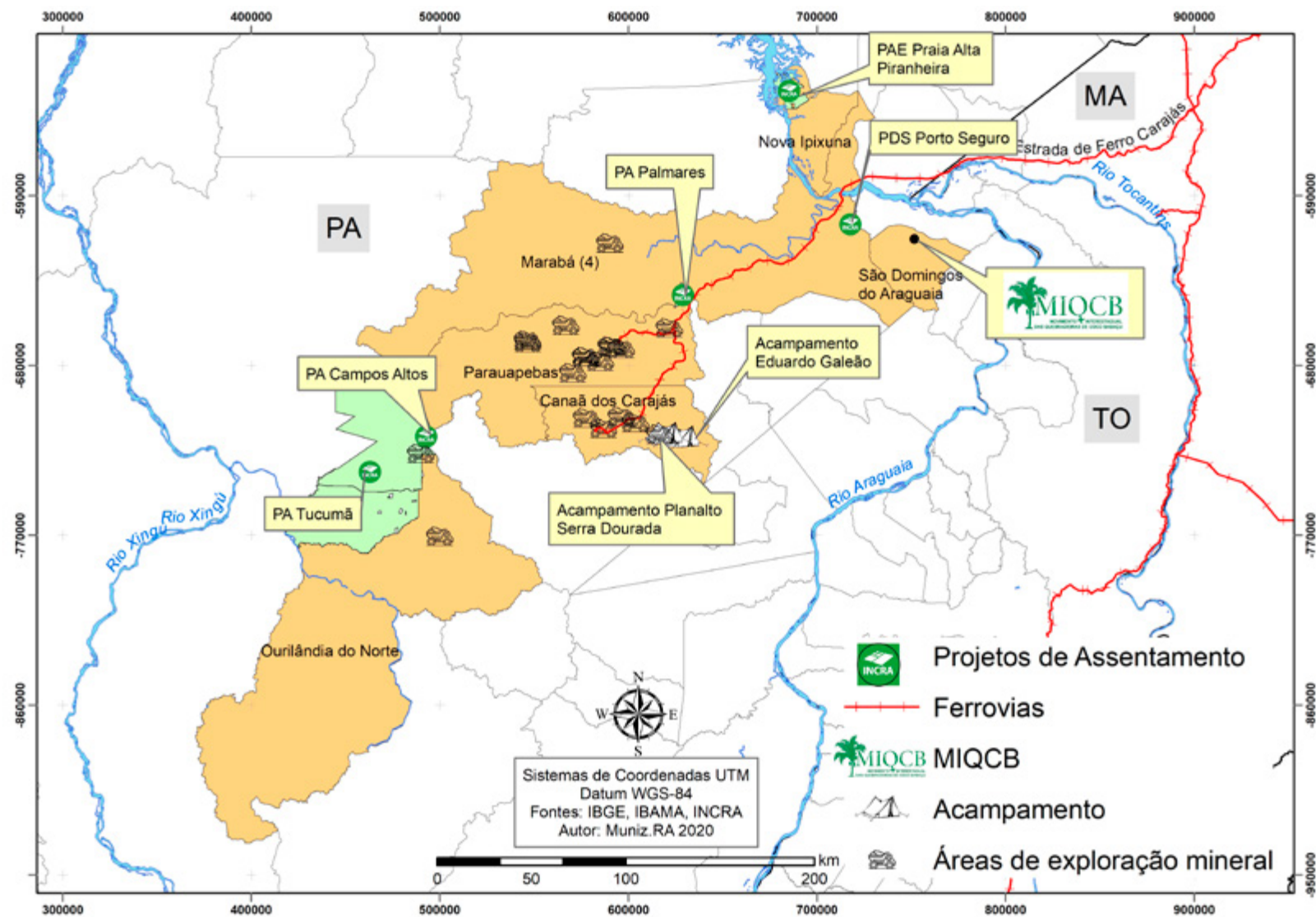


Fig.01: Mapa dos territórios de fala das mulheres e o cerco da mineração.³

Fonte: Muniz, R., 2020.

Esse exercício de escuta, debate e reflexão foi chamado de um exercício de cartografia digital, não só pelo formato como foi produzido, por meio digital, mas também por essencialmente entender a cartografia como um fazer necessário para a compreensão a partir dos sujeitos, neste caso, das mulheres em contextos específicos. Trata-se de um desenho que acompanha, no seu tempo, o movimento de transformação da paisagem, como afirma Sueli Rolnik (1989), sendo, portanto, uma imersão no tempo, um exercício de produção de lugares atento às linguagens que externam vivências reais, afetos produzidos pelos corpos em luta permanente pela vida. Neste caso, o centro são as mulheres em movimento constante do corpo na construção do território e na permanência nele, tensionadas pela insustentável lógica da produção capitalista que envolve presença impositiva em quase todos os municípios e suas sociedades no sul e sudeste do Pará. A lógica atual da divisão sexual do trabalho, que hierarquizou e distinguiu os papéis sociais de homens e mulheres (público/privado), tem significado um processo profundo de invisibilidade da experiência de vida das mulheres. Assim, em áreas marcadas pela presença da mineração, as mulheres que vivem e produzem nesses espaços são ignoradas, tendo sua existência e suas vozes desprezadas. No entanto, são elas as responsáveis pelo cuidado, incluindo a alimentação, além de serem mão de obra indispensável em diversas frentes de trabalho, principalmente no campo, mesmo nos grandes

³ Mapa elaborado especialmente para este texto pelo Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Muniz. Agradecemos a gentileza e a disponibilidade em nos atender, compartilhando conosco dessa reflexão.

empreendimentos. Este texto aporta essas vozes de mulheres que revelam como é viver nessas áreas, com a realidade agravada com a Covid-19, e como se constitui a resistência para garantir a existência.

1. Capital, mineração e pandemia: o que dizem as mulheres da região de Carajás?

Os territórios em tempos de pandemia

Na América Latina e na Amazônia, cresce um modelo econômico baseado na alta exploração de recursos da natureza sob a intervenção de grandes corporações (DAR, 2019), fato que tem ampliado os domínios territoriais das empresas, que vão se apropriando dos territórios, pressionando e expulsando povos na corrida desesperada por mais lucros e destruindo formas culturais e particulares de vida comunitária. Nota-se que esse modelo, da forma como vem se instituindo, é predatório em vários aspectos. No sudeste do Pará, a exploração, especialmente do minério de ferro e do agronegócio, segue atacando e desconstruindo territórios de vida onde residem milhares de mulheres e homens de idades distintas. Esse contexto tem sido agravado com a pandemia



de Covid-19, afligindo a vida das mulheres em particular, dada a sobrecarga de trabalho com cuidados atribuídos a elas. Ainda há de se levar em conta a exposição a todo tipo de violência, principalmente a doméstica, cujas ocorrências têm evidenciado crescimento.

A pandemia afeta o cerne da lógica da vida das mulheres em suas várias dimensões: relações familiares, afetivas, comunitárias, produtivas e reprodutivas, limitando as atividades de mobilização social e articulação política necessárias para a defesa dos territórios, tão importantes para a reprodução social na atual conjuntura, de múltiplos ataques e perdas de direitos individuais e coletivos.

Para as mulheres quebradeiras de coco-babaçu, que precisam se deslocar quilômetros e quilômetros coletando coco, o imperativo “**fique em casa**” destruturou totalmente sua forma de sobrevivência, que depende dessa dinâmica de trabalho e da produção em grupo. Cledeneuza Bizerra narra: “Nós *tamo* vendo, diante de tudo isso, a destruição das nossas palmeiras, a destruição de tudo. E a gente não pode fazer nada. Não tem nada pra fazer, porque nós *tamo* presas diante do medo, e eu chamo que essa doença é o medo.” A pandemia de Covid-19 favorece a investida contra os territórios, que as empresas já vinham fazendo em cumplicidade com o Estado. As mulheres dos territórios têm clareza de que vivemos na atualidade um contexto de crises. Clívia, do Assentamento Palmares, em concordância diz:



[...] vale a gente ressaltar que essa crise que está instaurada aí, ela não é uma crise pontual, não é uma crise que surge com a questão da pandemia, né? É uma crise mesmo do sistema capitalista e que, com a pandemia, ficou mais em evidência essa crise desse sistema aí. É... predatório, né? (Clívia Regina, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

A narrativa de Cledeneuza, quebradeira de coco, carregada de ancestralidade e da experiência de populações tradicionais, cujo formato de território em muito se difere de outras modalidades, mostra que essas mulheres desde sempre garantem o sustento de suas famílias, mantêm filhos na escola com a quebra do coco e agora estão com suas vidas ameaçadas pela doença, que ela chama “é de medo”. O acesso aos babaçuais é condição de existência para centenas de pessoas na região dos cocais. Antes eram terras livres, mas agora estão cercados dentro das fazendas. Cercas, fogo, veneno e carvão do coco inteiro compõem o difícil quadro dessas mulheres na região. Trata-se da imposição de um modelo exploratório insustentável, social e ambientalmente, pela sua estrutura capitalista, colonialista, patriarcal e racista, que ignora o outro ao priorizar a si próprio, desestruturando outros mundos e modos de vida. Esse modelo arranca do seio da mãe terra de forma degradante os elementos que lhe interessam, que podem ser transformados em valores econômicos e gerar volumes de lucros, enriquecendo poucos. Ele se apropria autoritariamente dos



territórios, mata toda a vida animal (comunidades de aves, caças, insetos e outros) e vegetal que ali habita e desconsidera os ecossistemas presentes e a diversidade sociocultural. Nesse modelo, a vida humana é o que menos interessa.

Para as quebradeiras de coco, o que antes era agravado pela presença da cerca de arame da fazenda agora é ainda pior por causa do envenenamento, das queimadas e da derrubada das palmeiras. Com a valorização do carvão de babaçu, nota-se uma mudança de postura do proprietário da área em relação à presença dessa palmeira: mantém-se o babaçual em pé para a retirada do coco inteiro e a venda para a siderúrgica, a queijeira, a indústria de cerâmica e outros em forma de carvão. É assim que a quebradeira fica sem acesso à matéria-prima.

Trata-se portanto das diferentes maneiras que o capital tem de atingir diretamente essas formas de vida e condenar esses corpos a não existência, tirando o direito de acesso a seus meios de vida e ao seu sustento. Assim, lutar pelo babaçu livre é lutar por território e defender a forma de viver dessas mulheres; é lutar pela vida. A relação corpos-território-vida fica bem explícita (PEREIRA, 2019).

Falando diretamente da pandemia e de como as quebradeiras se organizam seguindo os protocolos de saúde, Cledeneuza discorre sobre saberes e fazeres e mostra como a Covid-19 atingiu o mundo dessas mulheres. Porém, ela afirma que não ficam para trás, que seguem se reinventando e utilizando meios modernos para prosseguir:



Então isso afeta muito a nossa vida, o vai e vem da nossa vida. Amanhece o dia, arruma a casa, vai pro coco, *ajunta* o coco, quebra o coco pra fazer azeite, vender, ir pra nossa feira [...] Essa crise chegou, assim, muito forte na nossa vida, de impedir, até pela nossa idade (área de risco)... Você já *tá* impedida de fazer um trabalho... Então nós continua aprendendo também essa nova vida agora de fazer nossas reunião por meio dessa *live*, mas isso deixa muito a desejar. As nossas condições, não ter esse transporte que chama aí, essa internet, né? (Cledeneuza Bizerra, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

A fala expressa a clareza do acúmulo de trabalho e responsabilidade, um cotidiano mais abalado que antes por mais um agravante que se soma à crise já sentida desde sempre pelas mulheres, com as desigualdades de gênero, classe e raça/etnia, a sobrecarga de trabalho e a desvalorização do trabalho doméstico. Tudo isso é consequência da ordem capitalista patriarcal que produz múltiplas opressões ao corpo das mulheres (DAVIS, 2016). Essa realidade é sentida de maneira ainda mais intensa dada a especificidade do quadro de pandemia do novo coronavírus dentro de um cenário político de total descaso, em que a Covid-19 é chamada de “gripezinha”. No contexto em estudo, há um corpo de mulher sendo atingido a todo instante; há um território violado.



Pressão, pobreza, violência: os territórios para além da pandemia

O processo de ampliação da exploração mineral na região rumo a Canaã dos Carajás é inaugurado com o Projeto Sossego, que ironicamente leva o nome de um rio, hoje contaminado, segundo vozes das comunidades que habitam seu entorno e vivem sob a pressão da ameaça do rompimento da bacia de rejeitos. Por isso, fica a pergunta: sossego para quem? No caso em questão, com a presença imperativa de uma das maiores mineradoras do mundo, a Vale S.A., percebemos uma apropriação rápida dos territórios físicos e também do imaginário social. Na fala de Cristiane Jardim, que vive nas proximidades do projeto: “Para a extração do Projeto Sossego, a Vale retira grande quantidade de colono da região. Muitas pessoas acabam migrando para a cidade de Canaã em busca de trabalho, sonho que acaba não se concretizando.” Essa declaração traz à tona a forma como a empresa mexe com o imaginário das pessoas. Além de expulsar camponesas e suas famílias, inclusive aquelas já assentadas desde a década de 1980, a empresa cria um imaginário social com o discurso de “desenvolvimento” e prosperidade, levando muita gente, tanto agricultores quanto migrantes de outras regiões, a migrar para Canaã depois do início da operação da mina S11D. As palavras de Cristiane Jardim apontam ainda para



o forte poder da mineradora, que segue sua exploração desarticulando os movimentos das trabalhadoras e dos trabalhadores, utilizando a estratégia de criminalização e judicialização das lutas por direitos, buscando negociações individuais e rejeitando possibilidades de negociações coletivas. Essa fala se conecta com a de Andréia Silvério, advogada da CPT que assessora as comunidades em conflito com a empresa, e com a da pesquisadora Lucilei Guimarães, da UEPA, que estudou os casos dos Assentamentos Campos Altos e Tucumã, afetados pelo Projeto Onça Puma, em Ourilândia do Norte.

As narrativas destacam ainda as contradições do discurso de preservação ambiental e a ambientalização do discurso da Vale. No entanto, quando a mineração se estabelece, o impacto é muito grande. Elas denunciam tanto a contaminação quanto a perda de volume de água, como no caso do Rio Parauapebas, que vem secando, e atribuem esses fatos à forma de atuação da empresa. Identificam também que a violência no município de Canaã cresce mais a cada dia, assim como acontece em Parauapebas, Marabá e outros municípios. Esse processo tem forte repercussão na vida das mulheres.

As mulheres são as primeiras que sentem os efeitos e são as primeiras a juntar os cacos da balbúrdia produzida pelas empresas na vida das comunidades, como afirma Cristiane Jardim, acampada do Planalto Serra Dourada, em Canaã dos Carajás:



Nas ocupações, as mulheres têm grande participação. São as primeiras a visualizar os impactos na região, falta de vaga nas escolas, enfrentar filas nos hospitais. Os imóveis aumentam os preços. As que vieram das roças não conseguem comprar casas, e os recursos da CFEM não estão no campo. Mesmo as pessoas que têm trabalhado, a condição não tem melhorado. A Vale é uma das propagadoras do vírus do Covid-19. A empresa não parou, não pensou na vida da população nem vimos a CFEM melhorar os serviços de saúde. (Cristiane Jardim, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

É possível observar uma clara denúncia sobre a ação da Vale. As mulheres sentem as consequências na vida imediatamente, porque são elas as responsáveis pelo cuidado, pela educação, pela moradia e pela saúde. Assim, enquanto a empresa propaga o vírus ao ser considerada atividade essencial, com o discurso de que o setor não pode parar, em detrimento de tantos outros setores obrigados a interromper suas operações, Cristiane Jardim qualifica a ação organizada das famílias camponesas como estratégias importantes de defesa dos corpos em tempos de pandemia: “As estratégias de lutas nos territórios têm dado certo, se mantendo nas roças, nos seus lugares de trabalho. Ajudaram para não ter o vírus.”

As mulheres estão na dianteira, como reafirma Cledeneuza: “Essa política que traz pra nós só [...] maior retaliação, principalmente nós mulheres que tão



na linha de frente pra defender sua família, pra defender seu território, pra defender tudo. Nós estamos na frente.” A quebradeira de coco entende esse novo quadro como “essa política”, uma conjuntura constituída não por acaso, e sim como consequência de fatores estruturais e de intencionalidades a partir de um projeto de acumulação de riquezas. De fato, o cenário de expansão do novo coronavírus é reflexo de uma visão que está dentro da necropolítica, uma política que pouco cuida da vida de muitos e acaba por contribuir com a ampliação de maior possibilidade de morte. Cledeneuza ainda enfatiza a presença da violência na vida das mulheres e no trato com a natureza ao dizer: “[...] às vezes a gente dava uma alavancada na violência, tanto a violência contra a mulher quanto a violência contra a natureza, né? As nossas palmeiras sendo mortas, e nós não podemos fazer nada, né?”. E continua:

[...] além de todo o sofrimento, ainda tem essa opressão dos Grandes Projetos. No Maranhão, é Grandes Projetos, no Pará, é Grandes Projetos. [Esses projetos] que vêm devastando, acabando com a natureza, acabando com a Amazônia, acabando com a nossa vida. Nós somos ligadas a essa natureza, principalmente as palmeiras que produz. (Cledeneuza Bizerra, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

As ocupações mencionadas por Cristiane Jardim são territórios de resistência camponesa. O município de Canaã dos Carajás abriga centenas de agricultoras



e agricultores familiares que, não suportando as dificuldades de sobrevivência, se organizaram em áreas que chamam de acampamento, lugar de abrigo coletivo de famílias que partilham sentimentos e objetivos comuns, como conseguir terra para a produção da existência (cultivar, plantar, colher alimentos).

A fala expõe tal situação como reflexo da crise instalada no município. Ela explica:

Mais ou menos em 2015, ou até mesmo antes, teve uma crise muito grande no município. Muita gente sem trabalho. Acabaram se reunindo e resolveram ocupar essas áreas ocupadas pela mineração, ilegalmente. Quando a Vale chega no município, comprou grande quantidade de áreas, no município, que concentrou áreas em suas mãos. (Cristiane Jardim, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

A mineração é um setor produtivo potente, que contraditória e simultaneamente tem gerado a acumulação de riqueza para fora e deixado uma pobreza local (IBASE, 2018). O lugar oferece uma natureza rica, com reservas minerais diversas, uma vasta bacia hidrográfica, fauna e flora heterogêneas e matéria-prima que tem sido usada de modo abusivo na geração de riqueza para o estrangeiro em contraposição à pobreza social regional. Larissa Santos constata a existência de grandes volumes de recursos nas prefeituras da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e a presença de uma massa de pobres e de uma população mais vulnerável economicamente



em Canaã e Marabá. Ela mostra categoricamente os resultados da pesquisa realizada, apontando que 42% estão na linha da extrema pobreza ou na pobreza. Apesar de também revelar redução, finaliza a linha com 28 mil pessoas pobres e 24% vivendo na linha da pobreza. Em Parauapebas, o número de pobres chega a 49 mil, com pessoas vivendo com até R\$ 70 por mês. Além de demonstrar o difícil acesso a educação, água, saneamento etc., ainda denuncia as condições urbanas com dura realidade de saneamento básico e parcas políticas de urbanização.

São as contradições do discurso de desenvolvimento pregado pelas empresas e pelo próprio Estado, aliados do capital. As vozes que vêm de diferentes territórios apontam problemáticas socioambientais semelhantes e revelam muitas áreas ocupadas por famílias que precisam de terra para trabalhar. Hoje existem cinco áreas de acampamentos no município de Canaã dos Carajás. Por um lado, há grande demanda de terra por aqueles que vivem dela; por outro, observa-se um rápido e facilitado avanço da mineradora Vale, que se apropria de terras públicas da União e de assentamentos, contando com o apoio do Estado. O impasse está colocado. “Como fazer reforma agrária se a Vale é dona de 70% da área?”, pergunta Liliane Guimarães.

As mulheres têm destacado papel voltado aos cuidados individuais e coletivos, como enfatiza Clívia Regina:

[...] a gente vê essa questão do aumento da violência contra as mulheres, mais os idosos e tal. Mas as mulheres... É que elas estão na linha de frente, né? Então, é as mulheres que cuidam dos lares, é as mulheres que *tão* ali cuidando dos seus filhos, as mulheres que têm que trabalhar, então... Cuidar ali às vezes da sua horta, do quintal. [...] A gente vê é esse aumento da carga de trabalho, né? (Clívia Regina, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

Vandana Shiva, ativista e intelectual indiana, em entrevista em 06 de agosto de 2018, afirma que o cuidado, o compartilhamento e a disponibilidade de colaborar nas comunidades são sempre atitudes culturalmente da esfera feminina. Tais ações são reveladoras do caráter político do ato de cuidar, porque se refere ao conjunto da família ou da comunidade. Diferentemente disso, atitudes de controle, do poder pela ameaça e pela submissão da sociobiodiversidade à brutalidade do capital, marcam as ações das empresas que incomodam com seus barulhos, suas luzes, sua gente que ameaça e se impõe perante o povo vigiado 24 horas por dia. Porém, as mulheres dos territórios não se entregam. Seus corpos resistem, permanecem alertas, até “que nenhuma mulher seja violada e que nenhuma espécie desapareça” (SHIVA, 2018).

Liliane Guimarães, camponesa sem-terra acampada na área Eduardo Galeano, afirma contundentemente: “Todos os dias os drones e helicópteros passam em cima de nosso acampamento.” A integrante do Movimento pela



Soberania na Mineração, moradora de Parauapebas, também reclama do barulho do trem de minério de ferro da Vale, que atravessa a cidade produzindo poluição sonora, além de outras, e fica por isso mesmo.

Portanto, observa-se que a instalação desses empreendimentos provoca profunda alteração no modo de vida das populações que vai além dos impactos mais perceptíveis, produzindo um amplo processo de efeitos invisíveis e inaudíveis para as empresas e o Estado, a exemplo do que ocorre nos deslocamentos compulsórios.

Há um movimento constituído pelo corpo mulher agindo no sentido da manutenção da vida em meio a tantas minas, agronegócio, rodovias, ferrovias, barragens, grandes projetos, portos, barcas etc. Gracinha, moradora do Tauri, que se criou ali, compôs sua canção com o olhar melancólico no grande rio Tocantins: “Adeus, Porto de Alcobaça \ Pancada do correão \ Adeus, água da saúde \ E a Pedra do Lourenção \ Adeus, Praia dos Macacos \ Rainha recordação \ Adeus pra nosso sossego \ Com as balsas que passarão”. A canção denuncia o estrago ambiental que será causado se o governo executar a derrocagem da Pedra do Lourenço.

Claudelice dos Santos também dá o seu relato. Ela é assentada do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Praia Alta Piranhiera, no município de Nova Ipixuna, território localizado em uma região historicamente afetada pela presença



dos grandes empreendimentos, como a construção da Barragem de Tucuruí. A Hidrelétrica de Tucuruí provocou deslocamento compulsório (MAGALHÃES, 2007), nos anos 1980, de pelos menos cinco comunidades ribeirinhas, entre elas, Ipixuna. Expulsas da beira do rio, território tradicional, essas comunidades foram reassentadas em outras localidades, em grande parte, remanejadas para a beira da estrada PA-150. Daí a origem do nome Nova Ipixuna, onde se localiza o território de fala de Claudelice. Agora, mais uma vez, esses territórios são ameaçados pelos impactos da implantação do projeto de Derrocagem do Pedral do Lourenção, no rio Tocantins.

Esse processo é profundamente violento por desconstruir radicalmente relações afetivas e comunitárias e os meios de sobrevivência, como o manejo do rio, pescado etc. Dessa forma, comunidades tradicionais e modos de vida são desfeitos. Claudelice destaca a propaganda feita pelas empresas para desqualificar as formas de vida de sua gente, construindo narrativas que as criminalizam e desmoralizam. É fato que esses segmentos sociais que lutam por direitos e resistem nos territórios são tratados na mídia de maneira negativa, taxados de vagabundos, criminosos e preguiçosos, portanto, passíveis de serem ignorados como sujeitos de direitos.

Assim, Clívia Regina, sem-terra e educadora, habitante do Assentamento Palmares, vizinha direta da temida Vale, ressalta que esse “modelo de economia



não valoriza a agricultura familiar [...], pensa só na questão da mineração. [...] Palmares é esse assentamento impactado pela mineração”. Ela destaca os “26 anos de vida, de luta, de sonhos e de muita resistência, de enfrentamento a esse modelo”. Centenas de outros camponeses estão assentados em Palmares, na região de Carajás, um território atacado cotidianamente de variadas formas, mas as famílias continuam resistindo.

O Estado, cúmplice dos grandes empreendimentos, faz de tudo para calar e barrar a luta camponesa na região, investindo com violência para proteger Carajás. A chacina de Eldorado dos Carajás representa claramente essas iniciativas oficiais, e mesmo os 19 chacinados não calaram os vivos; pelo contrário, multiplicaram-se nos cantos do país. Clívia, educadora feminista, é a prova disso e seu relato traz os desafios do que é enfrentar a Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, detentora de territórios camponeses. Ela afirma que 50% do município de Parauapebas são terras agricultáveis, porém não há uma política voltada à valorização do setor. E garante que o lote de “Dona Maria que produz banana, produz farinha, pequenas criações... É essa produção que alimenta os povos, [...] que coloca o alimento saudável na mesa”.

A reação camponesa à chacina de Eldorado dos Carajás forçou o governo a reconhecer e legalizar mais de 500 territórios, oficialmente chamados de assentamentos, no sul e sudeste do Pará. Porém, muitas dessas áreas hoje



são requeridas pelas grandes mineradoras e outras empresas. Clívia ressalta a obstinação da luta rebelde e destaca o papel das mulheres:

Quanto mais os grandes projetos se impõem, quanto mais a mineração se estabelece, incomodando nos nossos territórios, matando nosso povo, nossas lideranças, multiplicam-se nossos territórios camponeses. E são as mulheres que vão reanimar. [...] As mulheres do assentamento Palmares, elas exercem um importantíssimo protagonismo nessa perspectiva de contrapor esse modelo, [...] as mulheres que produzem [...] seus alimentos lá no lote, a questão da hortaliça, é a questão do frango, é o queijo, e elas vão é colocando a sua produção dentro disso. (Clívia Regina, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

Ao final externaliza que “não tem sido fácil esse convívio com essa vizinha que nós temos”. A Vale, ao explorar o minério naquela região, atravessa dia e noite com suas máquinas e seus vagões carregados de passageiros e/ou minério, seus explosivos e seus funcionários, em um movimento cotidiano que desrespeita assentadas e assentados. Clívia lembra o episódio do dia 8 de março de 2016:

Como se não bastasse a chacina de Eldorado, novamente, em 2016, nós tivemos uma atividade aqui das mulheres no 8 de Março [...] na portaria da Vale, fazer uma intervenção artística ali, política e cultural, né? É... E aí nós fomos recebidas... O Estado que é pra proteger o cidadão, que é pra nos proteger, estava lá, representado pela polícia militar. E aí nós fomos recebidas com



bombas, com balas de borracha, né? E aí, assim, foi um caos. (Clívia Regina, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

Elegante e firmemente, ela declara que as mulheres desses territórios, chamadas sem-terra, não se intimidam e anunciam decisões coletivas feministas nas ações denominadas “Mulheres Sem Terra: contra o vírus e as violências”, atentas aos protocolos de saúde no período pandêmico e clamando “fiquemos em casa, mas não em silêncio”.

Em clara conexão com as palavras de Clívia, Rebeca de Souza fala a partir da cidade de Parauapebas e do Movimento dos Atingidos pela Mineração e caracteriza esse modelo de exploração mineral da seguinte forma:

É de uma violência sem tamanho perceber que você não tem lugar para viver e trabalhar – claramente políticas de exclusão. Ao contrário, segmentos avantajados financeiramente, o Estado, o judiciário, os poderes constituídos, se portam do lado e dão total apoio a esses segmentos. (Rebeca de Souza, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

Ela acrescenta que Parauapebas é a cidade com a maior arrecadação do Brasil, mas que isso não se traduz em condições de vida digna, pois identifica altos índices de violência em todos os níveis. Destaca o papel da mulher à margem ainda, por conta da masculinização que prevalece no setor minerário. Por isso afirma a existência de relações que violam direitos das mulheres e que “a



Vale aparece como uma espécie de poder do macho. É uma empresa masculinizada. Existem relações de abuso no trabalho contra as mulheres.” Para ela, Parauapebas é “uma espécie de cidade de passagem – todos pensam em um dia retornar à terra natal”. Porém, apresenta experiências animadoras dentro de todo esse cenário perversivo, como o Quintal Cultural, dirigido por mulheres da cidade, onde vendem artesanato e comida, hoje parado pela pandemia.

2. As trincheiras invisíveis da resistência: as mulheres e a defesa da vida e dos territórios no sudeste paraense

Em menos de um século, essa parte da Amazônia brasileira passou por modificações radicais e profundamente violentas. A destruição da natureza com a chegada das estradas, a abertura de fazendas e a implantação de grandes projetos de colonização, infraestrutura, siderurgia e mineração, somadas a um intenso processo migratório, marcaram um movimento de expansão da atuação do Estado e de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, colocando em marcha um brutal processo de expropriação, concentração e exploração dos bens naturais e das pessoas. Isso transformou essa região em



um grande exportador de *commodities*⁴, produzindo uma dinâmica de apropriação capitalista extremamente truculenta e desumanizadora, mesmo agora em tempos de pandemia.

No horizonte que se construía, não havia lugar para pessoas do povo, muito menos para as mulheres, obrigadas a ocupar um lugar social marginal. Os megaprojetos implantados engendraram um processo de aguda violência e atuaram sistematicamente na tentativa de desconstrução/impedimento de outras formas de existir nessa região. O movimento dialético da vida impulsionou quem não aceitou o arame da cerca, a destruição da natureza, a pobreza e o trabalho degradante como condição da existência. Não tolerando o lugar do interdito, milhares de pessoas, em sua maioria invisíveis, sem nome, sem rosto, sem dinheiro, com e sem chão, se lançaram a diversas frentes de resistência, na luta pela conquista e/ou defesa de seu território diante desses empreendimentos. Forjou-se, assim, uma região de múltiplas territorialidades e experiências de ser-fazer como sujeitos individuais e coletivos. Foi possível construir outros modos de vida, saberes e práticas sociais. Portanto, os diversos sujeitos sociais que constituem o tecido social regional têm sido permanentemente afetados por esses empreendimentos, ao passo que constroem processos de

4 Ver MALHEIROS, e MICHELOTI, 2020.



enfrentamento e resistências potentes. E as mulheres têm sido uma importante vanguarda nisso.

Quando existir é um ato de resistência

Todas as experiências que passaram pelo circuito de *lives* tratam desse intenso movimento de resistência empreendido na região pelas mulheres. Tais lutas evidenciam um importante e significativo fazer das mulheres nos diferentes territórios e contextos socioculturais, muitas vezes invisíveis, porém revelando atos das populações locais, para combater as violações por parte das grandes corporações, do agronegócio e do Estado. São mulheres sem-terra, extrativistas, quebradeiras de coco, agricultoras, indígenas, defensoras de direitos humanos, pesquisadoras e religiosas, importantes linhas de frente na defesa da vida em seus territórios.

Elas insistem em permanecer na região, mesmo diante de um cenário em que a atuação do Estado e das empresas que só vislumbram o favorecimento e a ampliação dos megaprojetos faça com que viver ali seja cotidianamente um ato de resistência.

A presença desses corpos femininos, que ousam lutar para definir seu lugar



e um projeto de vida em um contexto de forte masculinização do espaço (VÁZ-QUERZ, 2017), tornou o próprio corpo/ser o primeiro território para pensar a (re) existência das mulheres nessa fronteira de acumulação capitalista, o que permite repensar o que tem sido a experiência histórica delas nessa região e, portanto, desconstruir seu lugar de invisibilidade. As falas refletem isso:

Quando a Vale chega, a maioria dos empregos que ela oferta são para os homens. As mulheres não são muito desejáveis. As poucas vagas para as mulheres não são bem propícias. (Cristiane Jardim, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

A gente vê que a Vale 80% dos que trabalham nela, são homens que trabalham, mulheres não. Ainda tem muito preconceito com as mulheres nessa região. (Liliane Guimarães, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

Rebeca de Souza não hesita em dizer que, em contextos de mineração, “um dos pontos que são graves ainda é a prostituição”. Este fato foi observado também em Marabá, numa recente e enfática reportagem do jornal local, que identificou a prática de exploração sexual de mulheres e meninas nas pequenas vilas no entorno do local de exploração do manganês pela empresa Buritirama. Vázquez (2017, p. 3) considera que “as atividades extrativas intensificam a violência patriarcal sobre a vida e os corpos das mulheres, uma violência que põe em risco sua situação econômica e sua integridade física, psicológica e sexual.”



A violência sistêmica empreendida contra a presença das camponesas, indígenas, extrativistas e quebradeiras de coco nesse lugar de cobiça para o lucro e a acumulação é sintomática desse movimento. Ela é expressa no extermínio dos corpos, bem como nas outras formas de sofrimento e exploração causados pela negação do acesso a direitos e aos meios de sobrevivência e/ou pelos múltiplos outros impactos promovidos pela atuação dos grandes empreendimentos, conforme mostram os relatos.

A gente vai vivendo. Não é fácil. Todos os dias quase temos drones nos acampamentos, temos helicópteros sobrevoando... Hoje foi um desses dias aqui no acampamento. (Liliane Guimarães, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

Lá em Ourilândia, [...] o avanço da mineração implica em danos ambientais, poluição do ar, poluição da água, impacto das grandes explosões, e também implica nas interferências sociais naquele entorno. Então fechou posto de saúde, fechou escola de ensino médio, fechou escola de ensino fundamental, retirou o agente de saúde, retirou o transporte coletivo. As pessoas que ficaram [...] ficaram impossibilitadas de se reproduzir socialmente. (Lucilei Guedes, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

A insistência em ser/viver/propor outro modo de vida frente à imposição da uniformização do modelo de desenvolvimento, com base no trabalho precário, temporário e terceirizado, na degradação das condições ambientais e



no processo de desterritorialização desses sujeitos, torna essa resistência ainda mais significativa.

O território-corpo como um primeiro lugar de resistência (HÉRNANDEZ, 2015) é parte do fazer cotidiano. Na realidade das quebradeiras de coco, a vida, o trabalho, o saber e a luta por direitos não estão ligados à propriedade da terra, e sim à relação/interação entre esses corpos femininos com o lugar, com a terra e com a natureza – nesse caso, as palmeiras –, bem como à relação coletiva com outras mulheres. E, como afirma Cledeneuza: “Sem palmeira, não há quebradeira, e, sem quebradeira, as palmeiras tombam para dar lugar ao pasto e ao veneno.”

O corpo como território de resistência existe a partir dos corpos que se mobilizam na defesa do seu modo de vida. A fala da quebradeira de coco coloca muito bem a relação imediata entre mulher-vida-território:

Nós somos ligadas a essa natureza, principalmente as palmeiras que produz. E todo mundo conhece a história, que sabe que uma palmeira morta nem adubo nos pastos não serve, porque ela é envenenada, mas, no nosso território, ela é a vida de várias famílias. (Cledeneuza Bizerra, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

As repressões aos corpos são fortemente expressadas por Claudelice. Esses corpos insurgentes se mobilizam, trazendo consigo outra forma de resistência: a



memória. É a luta contra o esquecimento e a tentativa de silenciamento expressa na violência direta contra os corpos dessas mulheres. Tudo isso é exposto nas lágrimas e na dor na voz embargada de Claudelice ao lembrar o assassinato da cunhada e do irmão:

E eu não poderia deixar de fazer aqui essa memória a todas as mulheres, incluindo a minha cunhada, Maria do Espírito Santo, que foi uma das mulheres mais inspiradoras pra minha vida hoje e que não está mais entre nós há 9 anos, porque lhe foi tirado o direito à vida, dela e do meu irmão, José Claudio. E... falar do momento que estamos passando, em que nós precisamos resistir, é também fazer memória dos nossos companheiros e companheiras que fizeram resistência no passado. [...] Quando é... tirada uma vida de um companheiro e de uma companheira, as formas de silenciar o corpo e também de silenciar as lutas, elas não são só físicas, elas são simbólicas... (Claudelice dos Santos, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

As diversas formas de violência e criminalização dos que lutam são sistemáticas brutais da lógica como tem se dado a implantação desses empreendimentos. As resistências se fazem também resguardando e mobilizando a memória dos que foram vítimas delas. Romarias, caminhadas e atos em memória se multiplicam pela região como uma forma de denunciar a violência e a impunidade compactuadas entre o Estado e os grupos econômicos.



Pensar o cuidado para repensar a resistência

Não é nosso nem novo o chamado para repensar o significado do papel que atividades de cuidado realizadas pelas mulheres, especialmente nesses tempos de pandemia, desempenha no que se refere à reprodução da vida, da família e do conjunto da sociedade. É sobre os corpos das mulheres que está cimentada (KOROL, s/d) a estruturação da violência, a exploração e a opressão da sociedade patriarcal, racista e capitalista em que vivemos. As narrativas expostas nas *lives* nos levam a pensar o trabalho de cuidado para além do seu papel de reprodução biológica e da força de trabalho. Elas permitiram que pudéssemos ampliar o olhar sobre as resistências. As tarefas com a casa, a alimentação, a educação e a saúde são fundamentais para garantir a permanência das comunidades nos territórios.

Os impactos gerados pela mineração e as obras associadas atingem sobremaneira as atividades de reprodução. Quando os conflitos se instalam, é sobre os ombros das mulheres que as consequências são primeiramente sentidas: fechamento de escola e igreja, falta de trabalho, restrição ao transporte, proibições de cultivo, caça e pesca em determinados espaços e contaminação ambiental.

Considerando essa realidade, permanecer na luta em territórios em conflitos,



além de uma imposição da necessidade, é também uma decisão política das mulheres, insistindo no sonho do acesso à terra, à uma vida melhor e aos direitos pleiteados.

Portanto, a resistência nos territórios passa também pelas múltiplas tarefas de cuidados realizadas pelas mulheres: com os corpos mais vulneráveis (crianças, deficientes, idosos e doentes), com o preparo da alimentação, com a organização do espaço de moradia, com a saúde a partir do saber e das práticas da medicina popular e com hortas, sementes e animais. Tudo isso é imprescindível, não apenas para liberação da força de trabalho que entra no circuito da produção, como também para que outros e elas próprias estejam em boas condições para a atuação política e organizativa⁵.

Nesse exercício de escuta, as mulheres pontuaram bem alguns elementos, como a alimentação, a luta pela preservação da natureza e a cura pelos saberes populares:

Onde tem uma mulher do grupo GTAE, tem uma floresta preservada. [...] Você pode ir lá na terra dela e você vai conseguir encontrar floresta, biodiversidade. [...] Nosso trabalho é muito próximo à floresta, à utilização dos recursos naturais tanto na medicina quanto pra alimentação, como pra subsidiar a vida

⁵ BEZERRA e ALVES, 2017.



das mulheres e suas famílias, como também pra parte econômica. (Claudelice dos Santos, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

Esse fazer das mulheres compõe as reflexões ecofeministas como muito mais que luta por um pedaço de terra; são também formas de gestar e viver nos territórios, são outras formas de economia local, de alimentação e de trabalho. São, portanto, outros modelos de vida, de sociedade e de relação com a natureza (INDESOL, 2017, p. 15).

A resistência que passa pela organização coletiva das mulheres

As mulheres dessa cartografia ocupam espaços sociais importantes. São lideranças nas comunidades, e lá estão elas, nas reuniões e plenárias no território, nas audiências com o poder público e na construção de parcerias com as universidades e entidades de assessoria e assistência técnica. Elas ocupam relevantes espaços de produção e reprodução nas suas famílias. É um movimento coletivo, como afirma Lindalva: “Eu me olhava no espelho e dizia: ‘Eu não dou conta.’ E elas diziam: ‘Você dá sim.’” E assim se constituem no fazer conjunto, nas relações com as outras, construindo modos de vida alternativos ao processo destrutivo dos megaprojetos, conquistando autonomia sobre suas vidas e seus territórios.



As iniciativas desenvolvidas pelos grupos Grupo de Trabalhadoras Artesanais Extrativistas (GTAE), quebradeiras de coco, MIQCB, associação de mulheres do PDS Porto Seguro e Coletivo de Mulheres da Palmares são exemplos dessa resistência que propõe outro modo de vida que passa pela organização, pelo trabalho coletivo e pela produção agroecológica, pautando uma outra maneira de existir, produzir, viver e se alimentar. São alternativas sendo construídas para pensar essa região para além dos grandes projetos.

Esses coletivos agregam mulheres com clara pertença e identidade com os ecossistemas naturais da Amazônia paraense, como as florestas ricas em produtos que servem como base da alimentação, da fitoterapia e da cosmética. Guevara (2017, p. 127), ao analisar a experiência do GTAE, percebe que as mulheres têm um conhecimento diferenciado, construído a partir das práticas cotidianas que têm sido vinculadas historicamente com o cuidado da saúde e do meio ambiente e de sua responsabilidade com a reprodução familiar. Essa forma de vida das mulheres é claramente um modo de enfrentar e resistir ao modelo predatório, patriarcal e capitalista do desmatamento.

Essa construção coletiva é alimentada por laços de afetividade e solidariedade que garantem que uma rede comunitária se forme e se mantenha, não sem tensões e conflitos, mas com um papel fundamental para enxergar as resistências nos territórios, como pode ser visto na experiência do PDS Porto



Seguro, na constituição das feiras agroecológicas e na parceria com as universidades e entidades de assessoria, iniciativa fundamental para a autonomia das mulheres e de seus territórios:

A feira vai fazer três anos agora, 28 de março. Três anos. Nós, as mulheres, porque tem um ditado no PDS, que no PDS quem manda é as mulheres. [São] 37 lotes e 47 famílias, mas a maioria é mulher. A reunião é mulher, em tudo é mulher. Então nas feiras são mulheres. No sábado colhemos nossos frutos das nossas mudinhas que a gente plantava lá. É o que nos mantém de pé. É o que mantém o povo de pé. E aqueles que falavam ruim de nós são os primeiros em comprar em nossas feiras livres. (Maria Lindalva, Circuito de *Lives* “Mulheres Amazônidas”)

Por fim, essas experiências reafirmam o uso coletivo da terra, outras formas de trabalho e convívio social e outra maneira de se relacionar com o ambiente que não seja a sua profunda destruição. As resistências nos territórios impactados pela mineração são permanentes, como afirmam as experiências narradas pelas mulheres.

Considerações finais

A cartografia, proporcionou uma rica escuta das mulheres e foi determinante para enxergarmos processos complexos vivenciados nos territórios afetados por

megaprojetos na região sul e sudeste do Pará. Construir essa reflexão desde a experiência das mulheres nos dá a dimensão dos reflexos diferenciados desses empreendimentos nos corpos femininos. Foi possível também identificar as múltiplas estratégias de resistências que revelam o claro entrelaçamento entre a luta pela autonomia dos corpos das mulheres e a defesa dos seus territórios.

As falas que vêm dos territórios afetados por grandes corporações revelam territorialidades agredidas, mas também ações insurgentes das mulheres na defesa da vida. O enfrentamento cotidiano dentro do território dá às mulheres um protagonismo ímpar diante das tensões e ameaças das empresas. Dessa forma, as narrativas das mulheres falam de corpos expostos e condenados a não existência pela lógica privilegiada das grandes corporações.

Este exercício de cartografia permitiu enxergar aspectos não visíveis e subjetivos que acabam silenciados, a exemplo dos afetos, do cuidado na reprodução da vida e da construção de estratégias de sobrevivência, bem como do conjunto das lutas territoriais. Não discutir essa questão reforça a invisibilidade dessa experiência, o que contribui para o não reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos e potencializa as violências de gênero, especialmente em contextos amazônicos. Os megaempreendimentos se consolidam, desestruturando outras formas de vivência, como a agricultura familiar e o extrativismo de base vegetal e comunitário. As experiências das



mulheres amazônidas mostram outras possibilidades de existências e relações fora da órbita dos grandes empreendimentos capitalistas.

Referências

BEZERRA, R. L.; ALVES, A.M. N. Luta pela Terra: participação e invisibilidade feminina no sudeste do Pará. In: **Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistência na Amazônia Oriental** (Orgs.) SILVA, I. S. et. al. – Belém [PA]: Paka – tatu, 2017. p. 47-70.

Circuito “Mulheres Amazônidas” – Mulheres Amazônidas: a defesa dos territórios em tempos de crise. 21 de julho de 2020. 86 minutos. Live. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jlZwhjPhlx8>

Circuito “Mulheres Amazônidas” – De que lado a corda arrebenta: os recursos da mineração e as desigualdades em tempos de pandemia. 01 de setembro de 2020. 98 minutos. Live. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E9TkOua7IWE>

Circuito “Mulheres Amazônidas” – Territórios camponeses frente à mineração: olhares sobre a questão fundiária. 22 de setembro de 2020. 87 minutos. Live. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mvHU3TvpK90&t=3762s>



Circuito “Mulheres Amazônidas” – Corpos-territórios e a luta no sudeste do Pará. 13 de outubro de 2020. 111 minutos. Live. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WgLSjAhjM4k&feature=youtu.be>

CONGILIO, Célia Regina; CRUZ, Thiago Martins da. **Mineração e campesinato em Canaã dos Carajás**: o avanço cruel do capital no sudeste paraense. Disponível em: file:///D:/Usu%C3%A1rios/Cliente/Downloads/21-35-1-SM.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2020.

DAR. **Género e industrias extractivas en América Latina: medidas estatales frente a impactos diferenciados en las mujeres**. Lima: DAR, 2019. 184 pp.

GUEVARA, Maria de los Angeles Arias. Poder y resistência em el sudeste del Pará: desde la experiencia vivida y narrada por mujeres rurales del GTAE (Grupo de trabajadoras artesanales y extractivistas) pág 109. In: **Mulheres em perspectiva: trajetórias, saberes e resistência na Amazônia Oriental** (Orgs.) SILVA, I. S. et. al. – Belém [PA]: Paka – tatu, 2017. p. 47-70.

GUEDES, Lucilei Martins. **Deslocamento compulsório de agricultores familiares por empresas mineradoras**: o caso do projeto Onça Puma no município de Ourilândia do Norte – Pará. Disponível em: <http://ppgaa.prosp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2012/lucilei-martins-guedes.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

HERNÁNDEZ, Delmy Cruz. **Todos los días mi cuerpo es un territorio que libra batallas**: Dialogando con el concepto cuerpo-territorio. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla. 2005. Disponível em: <https://miradascriticadelterritoriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2015/11/comunalidad-cruz.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

IBASE. **Contradições do desenvolvimento e o uso da CFEM em Canaã dos Carajás**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ibase.br/pt/noticias/uso-da-cfem-em-canaa-dos-carajas-pa-e-revelado-em-pesquisa/#>. Acesso em 8 de dezembro de 2020.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía**: mujeres, tierra y territorios en América Latina. Disponível em: <https://www.grain.org/es/article/entries/5563-somos-tierra-semilla-.rebeldia-mujerestierra-y-territorios-en-america-latina>. Acesso em 11 de outubro de 2020.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocados pela construção de barragens. Tese de doutorado do PPGCS UFPA em cotutela com École Doctore Vivànt et Société Paris 13. Belém: UFPA, 2007.

MALHEIRO, Bruno Cezar, MICHELOTTI Fernando, SABINO Thiago Alan Guedes. **Aqui o capitalismo não parou. Espoliação e brutalidade em tempos de pandemia**: o que a Amazônia tem a dizer? Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43041/24512>. Acesso em 20 de novembro de 2020.



PEREIRA, Nancy Cardoso. Pachamama corpo e território: ancestralidades ressurgidas, reinventadas e rebeldes In: SILVA, Márcia Alves da e ROSA, Graziela Rinaldi da. (orgs.) **Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas** p. 16-37. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental, transformações contemporâneas do desejo**. Editora Estação Liberdade. São Paulo, 1989.

SILVÉRIO, Andréia. **Mineração e conflitos fundiários no sudeste paraense, dissertação de mestrado**. Disponível em: <https://pdtsa.unifesspa.edu.br/images/ANDREIA-SILVERIO.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

VÁZQUERZ, Eva. **Repatriarcalización de los territorios por actividades extractivas. Salud colectiva, feminismo y ecología política**” Jornadas Feministas Flaco. Disponível em: <https://miradascriticadelterritoriodesdeelfeminismo.files.wordpress.com/2013/07/ponencia-repatriarcalizacic3b3n-territorios-eva-vc3a1zquez.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

Vandana Shiva aposta no Ecofeminismo. Entrevista. 06.08.2018. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/vandana-shiva-aposta-no-ecofeminismo/56407> Acesso em 24 de novembro de 2020.





EQUIPE INESC

CONSELHO DIRETOR

Enid Rocha Andrade da Silva
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Luiz Gonzaga de Araújo
Márcia Anita Sprandel
Pedro de Carvalho Pontual

CONSELHO FISCAL

Iliana Alves Canoff
Lucas de Alencar oliveira
Mario Lisbôa Theodoro
Suplente: Roseli Faria

COLEGIADO DE GESTÃO

Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antonio Moroni

COORDENADORA DA ASSESSORIA POLÍTICA

Nathalie Beghin

GERENTE FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E DE PESSOAL

Maria Lúcia Jaime

ASSISTENTE DA DIREÇÃO

Adriana Silva Alves
Ana Paula Felipe
Marcela Coelho M. Esteves
EQUIPE DE COMUNICAÇÃO
Sílvia Alvarez
Ana Carolina Soares
Thaís Vivas

ASSESSORIA POLÍTICA

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cleo Manhas
Leila Saraiva Pantoja
Livi Gerbase
Luiza Pinheiro
Márcia Acioli
Tatiana Oliveira

ASSESSORIA TÉCNICA

Dyarley Viana de Oliveira

EDUCADOR/A SOCIAL

Thallita de Oliveira
Marcus Silva

CONTADORA

Rosa Diná Gomes Ferreira

ASSISTENTE DE CONTABILIDADE

Ricardo Santana da Silva

TÉCNICO DE INFORMÁTICA

Cristóvão Frinhani

AUXILIARES ADMINISTRATIVOS

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva
Josemar Vieira dos Santos

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Roni Ferreira Chagas

ESTAGIÁRIOS/AS

Cássia Cristina
Icaro Sousa
Victor Queiroz
Walisson Braga da Costa

APOIO INSTITUCIONAL

BIC – Bank Information Center

Charles Stewart Mott Foundation

CLUA – Climate and Land Use Alliance

Fastenopfer

FLD- Fundação Luterana de Diaconia

Fundação Avina

Fundação Ford

Fundação Heinrich Böll

Fundação Itaú Social

Fundar

IBP – Center on Budget and Policy Priorities

ICS – Instituto Clima e Sociedade

KNH – Kindernothilfe

Malala Fund

Misereor

OSF – Open Society Foundations

Oxfam Brasil

Pepsico do Brasil

PPM – Pão para o Mundo

Pulsante

Rainforest

SAGE- New Venture Fund

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar
Cobertura - Edifício Márcia
CEP 70. 3037-900 - Brasília/DF

Telefone: + 55 61 3212-0200

E-mail: inesc@inesc.org.br

Página Eletrônica: www.inesc.org.br



“Mulheres amazônidas: ecofeminismo, mineração e economias populares”

reúne a contribuição de diferentes autoras que discutem os impactos da mineração na vida das mulheres e de suas comunidades, com foco nas formas de re(x)istência frente a megaprojetos extrativistas.

